



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO SEMIARIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE TECNOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGROECOLOGIA**

JAMILE BEZERRA CANTALICE

**A EXTENSÃO RURAL NA PERSPECTIVA DE AGRICULTORES
FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA - PB**

SUMÉ - PB

2015

JAMILE BEZERRA CANTALICE

**A EXTENSÃO RURAL NA PERSPECTIVA DE AGRICULTORES
FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA - PB**

Monografia apresentada ao Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de Tecnólogo em Agroecologia.

Orientadora: Prof^a. Adriana de Fátima Meira Vital

SUMÉ - PB

2015

C229e

Cantalice, Jamile Bezerra.

A extensão rural na perspectiva de agricultores familiares do município de Serra Branca - PB. / Jamile Bezerra Cantalice. – Sumé – PB: [s.n], 2015.

76 f.

Orientador: Professora Ma.Adriana de Fátima Meira Vital.

Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Campina Grande. Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido. Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia.

1. Extensão rural. 2. Agricultura familiar. 3. Sustentabilidade rural. I. Título.

CDU: 631(043.3)

JAMILE BEZERRA CANTALICE

**A EXTENSÃO RURAL NA PERSPECTIVA DE AGRICULTORES
FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA - PB**

Monografia apresentada ao Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de Tecnólogo em Agroecologia.

BANCA EXAMINADORA:



Prof.^a Ma. Adriana de Fátima Meira Vital
UATEC/CDSA/UFCG
Orientadora



Prof. Me. Walberto Barbosa da Silva
UAEDUC/CDSA/UFCG
Examinador



Me. José Romério Soares Brito
Examinador Externo

Aprovada em 26 de Fevereiro de 2015

A meu pai Geraldo Cantalice (in memorian), pelos ensinamentos de honestidade, humildade, amor e coragem de enfrentar a vida, sempre com sorriso alegre que até hoje está guardado em minha memória.

A minha segunda mãe Adriana Meira Vital, e aos meus amigos queridos Walberto, Adenice, Atiliane e Kelly por terem feito parte dessa trajetória da minha vida, pelos conselhos e orações por mim.

A vocês dedico de coração!!

AGRADECIMENTOS

Como já dizia Anitelli: “Sonho parece verdade quando a gente esquece de acordar”. Hoje, vivo uma realidade que parece um sonho, mas foi preciso muito esforço, determinação, paciência, perseverança, ousadia e maleabilidade para chegar até aqui, e nada disso eu conseguiria sozinha. Minha terna gratidão a todos aqueles que colaboraram para que este sonho pudesse ser concretizado.

Grata a Deus pelo dom da vida, pelo seu amor infinito, sem Ele nada sou.

Agradeço aos meus pais, Geraldo (*in memóriam*) e Lúcia, meus maiores exemplos. Obrigada por cada incentivo e orientação, pelas orações em meu favor, pela preocupação para que estivesse sempre andando pelo caminho correto.

Aos meus irmãos, Hamilton, Ailton e Audelânia, e amigos por todo amor e carinho. As minhas tias, Cleonice e Maria José que sempre estiveram presentes, ainda que à distância.

Ao meu amigo Walberto Barbosa que sempre me incentivou e acreditou no meu trabalho. Obrigada pela paciência, pelo sorriso, pelo abraço, pela mão que sempre se estendia quando eu precisava.

À minha orientadora Adriana Meira Vital que com paciência e atenção, dedicou parte do seu valioso tempo para me orientar neste trabalho.

A todos os meus professores que me ajudaram a concluir esta etapa da minha vida, compartilhando a cada dia os seus conhecimentos.

Aos avaliadores Walberto Barbosa da Silva e José Romério Brito por terem aceito participar dessa construção e por suas sugestões.

Aos meus colegas de turma, a quem aprendi a amar e construir laços eternos. Obrigada por todos os momentos em que fomos estudiosos, brincalhões e cúmplices. Em vocês encontrei verdadeiros irmãos. Esta caminhada não seria a mesma sem vocês.

Às agricultoras e aos agricultores das Associações Cantinho e Feijão, que dedicaram seu tempo respondendo ao questionário e também porque me ajudaram, me acolheram e compartilharam momentos para contribuir com este

trabalho. Também pelos muitos ensinamentos, conversas e reflexões que me proporcionaram.

Obrigada a todos que, mesmo não estando citados aqui, contribuíram de forma direta ou indireta para a conclusão desta etapa.

*“Agricultor, cabra valente, homem da mão
calejada.O cansaço é invisível no seu rosto.
Ele tá sempre disposto e não teme qualquer
jornada.Sua experiência vale um bom troféu.
Para o velho agricultor eu tiro o meu chapéu.*

(O Velho Agricultor - Letra: Luiz Wilson)

RESUMO

As ações da Extensão Rural buscam desenvolver o processo de comunicação de novas tecnologias, geradas pela pesquisa agropecuária, além dos conhecimentos diversos, procurando alternativas de desenvolvimento econômico, considerando os conhecimentos empíricos dos agricultores familiares, valorizando seus costumes e as tradições culturais das comunidades, aliando o desenvolvimento sustentável das comunidades ao processo produtivo. O trabalho analisa a percepção dos agricultores familiares de duas comunidades rurais do município de Serra Branca, com relação à Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER e às ações de extensão de outros órgãos e instituições. Para a obtenção dos dados foram entrevistados 42 produtores, através de aplicação de questionário pré definido. Os resultados informam que os agricultores reconhecem a importância da ação extensionista, e ainda acreditam na ação dos técnicos e no seu comprometimento, mas percebem a carência de maior participação destes nas orientações sobre temas necessários à construção da sustentabilidade dos agroecossistemas.

Palavras-Chave: Extensão Rural. Agricultura familiar. Agroecossistemas. Sustentabilidade Rural.

ABSTRACT

The actions of rural extension seek to develop the communication process of new technologies generated by agricultural research, in addition to the diverse knowledge, looking for alternative economic development, considering the empirical subject of family farmers, valuing their customs and cultural traditions of their communities, combining their sustainable development to production. The work to analyze the perception of those families from two rural communities in Serra Branca town, with respect to the Technical Assistance and Rural Extension - ATER and its actions of other bodies and institutions. To obtain the data were interviewed 42 producers through predefined questionnaire. The results report that farmers recognize the importance of extension action, and still believe in action of the technical and in its commitment, but realize the lack of greater participation in these guidelines on topics required the construction for sustainability of agro-ecosystems.

Keywords: Rural Extension. Family Agriculture. Agroecosystems. Rural Sustainability.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 -	Espacialidade dos municípios da região do Cariri paraibano.....	30
FIGURA 2 -	Ordens de solos presentes na região do Cariri.....	31
FIGURA 3 -	Visão parcial da Comunidade Cantinho.....	33
FIGURA 4 -	Visão parcial da Comunidade Cantinho.....	34
FIGURA 5 -	Visão da autora em momento de aplicação dos questionários.....	35

LISTA DE GRÁFICOS

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA 01-	Gênero dos associados (A – Cantinho B – Feijão)	38
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA 02-	Faixa etária dos associados (A – Cantinho B – Feijão).....	39
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA 03-	Orientações sobre o uso sustentável do solo (A – Feijão B – Cantinho).....	41
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA 04-	Orientações sobre a adoção de sistemas de irrigação sustentáveis nas duas comunidades.....	42
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA 05-	Orientações sobre a prática da compostagem e produção agroecológica (A – Feijão B – Cantinho)	43
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA 06-	Orientações sobre o uso sustentável da Caatinga, cortinas de vento e proteção das nascentes (A – Feijão B – Cantinho).....	44
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA 07-	Orientações sobre associativismo, cooperativismo e comercialização de produtos no Feijão e Cantinho.....	45
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA 08-	Orientações sobre salinização do solo e a importância da realização de análises no Feijão e Cantinho.....	46
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA 09-	Necessidade da assistência técnica nas comunidades rurais, segundo os agricultores do Feijão(A) e Cantinho (B).....	47
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA 10-	Utilidade da assistência técnica para o agricultor, segundo os agricultores do Feijão e Cantinho.....	48
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA 11-	Importância da fiscalização de irregularidades, segundo os agricultores do Feijão e Cantinho.....	49
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA 12-	Importância da visita do técnico quanto a resolução de problemas da comunidade, segundo os agricultores do Feijão (A) e Cantinho (B).....	50
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA 13-	O aumento do número de técnicos melhoraria a qualidade da assistência, segundo os agricultores das duas comunidades.....	51

LISTA DE GRÁFICOS (CONTINUAÇÃO)

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA 14 - Falta de entendimento dos objetivos e propostas dos técnicos, segundo os agricultores do Feijão (A) e Cantinho (B).....	51
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA 15 - Lentidão na resolução dos problemas das comunidades, segundo os agricultores o Feijão (A) e Cantinho (B).....	52
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA 16 - Demora para chegada do técnico nas comunidades, segundo os agricultores do Feijão (A) e Cantinho (B).....	53
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA 17 - Se presença do técnico nas comunidades a melhoria da assistência, segundo os agricultores do Feijão (A) e Cantinho (B).....	54
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA 18 - Não há dedicação do técnico nas ações das comunidades, segundo os agricultores do Feijão (A) e Cantinho (B).....	55
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA 19 - Conhecimento da realidade das comunidades por parte do técnico, segundo os agricultores das duas comunidades.....	56
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA 20 - Comprometimento por parte do técnico com as comunidades, segundo os agricultores do Feijão (A) e Cantinho (B).....	57
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA 21 - Credibilidade na extensão rural, segundo os agricultores do Feijão (A) e Cantinho (B).....	58

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAFESV- Associação de Desenvolvimento das Comunidades Rurais

ANCAR- Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural

ATER- Assistência Técnica e Extensão Rural

CMDRS- Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentáveis

CONDRAF- Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

EMPRABA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSA- Instituto Nacional do Semiárido

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário

NERA- Núcleode Extensão Rural Agroecológica

ONG's- Organização Não Governamentais

ONU- Organização das Nações Unidas

PASCAR- Programa de Ações Sustentáveis para o Semiárido

PIP- Produto Interno Bruto

PNATER- Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	17
2.1	EXTENSÃO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR.....	17
2.2	A NOVA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – PNATER.....	18
2.3	A EXTENSÃO RURAL E O PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR –PRONAF.....	21
2.4	AGROECOLOGIA E EXTENSÃO RURAL	21
2.5	COMUNICAÇÃO RURAL E EXTENSÃO RURAL.....	23
2.6	EXTENSÃO RURAL NO CARIRI PARAIBANO.....	23
2.7	EXTENSÃO RURAL NA ACADEMIA.....	26
2.8	A EXTENSÃO RURAL NA PERCEPÃO DO(A) AGRICULTOR(A).....	27
3	METODOLOGIA.....	30
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	30
3.1.1	Comunidade Rural Cantinho.....	32
3.1.2	Comunidade Rural Feijão.....	33
3.1.3	Caracterização da pesquisa.....	34
3.1.4	Instrumento da pesquisa.....	35
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	37
5	CONCLUSÕES.....	59
	REFERÊNCIAS.....	62
	APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO SERVIÇO DE EXTENSÃO RURAL.....	68

1 INTRODUÇÃO

É indiscutível o papel que a Assistência Técnica e a Extensão Rural têm no diálogo entre os centros de pesquisa agropecuários e o mundo rural. Essas ações contribuem ativamente para o estabelecimento dos processos de desenvolvimento local.

No Brasil, desde o final da década de 40 que as ações de extensão rural estão presentes e sempre foram movidas pela ideia de que o incremento de técnicas modernas de produção causariam melhorias nas condições de vida das pessoas envolvidas, desde que o mundo rural era, erroneamente associado ao atraso, e à época de sua criação, a extensão rural surgia com a missão civilizatória de “levar” ou “transmitir” o conhecimento, via difusão de pacotes tecnológicos, para o povo do campo, como se fossem desprovidos de quaisquer conhecimentos (PIRES, 2003).

As políticas de ATER passaram por diferentes realidades desde sua implantação. Para Ribeiro (2000) o extensionismo possui muitas facetas, configurando-se como um serviço público peculiar que oscilava entre a assistência técnica e a ação pedagógica.

Embora as fragilidades apresentadas, no tocante a disseminação do conhecimento aos agricultores, esse serviço buscava aproximar-se do pequeno agricultor, sobretudo depois da década de 90, quando a sociedade como um todo passou a enxergar a importância da agricultura familiar, segmento social que passou a ser visto como a melhor, a mais ambientalmente adequada, a mais econômica opção para a geração de emprego e de ocupações produtivas para o desenvolvimento de uma sociedade em crise.

Indiscutivelmente, a agricultura familiar inova, cria, produz e também alimenta o País. Segundo pesquisa realizada pelo Banco do Brasil¹ são mais de quatro milhões de unidades familiares distribuídos entre os vinte e seis Estados e o

¹<<http://www.bb.com.br/portallbb/page100,8623,10816,0,0,1,1.bb?codigoNoticia=19538&codigoMenu=11724>>. Acesso em: 30 abril. 2014.

Distrito Federal, que alimentam a população brasileira, contribuindo com a economia brasileira em 33% do Produto Interno Bruto (PIB) Agropecuário.

Francis e Bernardo (2000) alertam que por fazer uso de sistemas intensivos de produção, a agricultura familiar permite a manutenção de quase sete vezes mais postos de trabalho por unidade do que a patronal.

É uma das principais atividades geradoras de novas fontes de trabalho na América Latina e Caribe. Na América do Sul, a participação da atividade nos empregos agrícolas é significativa, oscilando nos países analisados entre 53% (Argentina) e 77% (Brasil) (ONU, 2013).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Sustentável² a agricultura familiar é uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho; são os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado.

Por sua importância econômica, ambiental, cultural e social, vem sendo alvo de discussões nas universidades em todo o país, buscando alternativas para um desenvolvimento rural sustentável onde o produtor poderá agregar valor à sua produção e, conseqüentemente, melhorar sua qualidade de vida com preservação ambiental.

Cada vez mais universidades em todo o país têm promovido realização de eventos e encontros que evidenciam a importância da agricultura familiar, como também fornece novas informações aos agricultores familiares, formando um elo de conhecimento entre o espaço acadêmico e a comunidade rural onde a troca de experiências resulta na melhoria das condições de vida de quem trabalha no campo.

Dentro desse contexto é possível perceber o papel desenvolvido pela extensão rural que constitui um importante instrumento de apoio ao

²<<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/programas-r/beneficiario/agricultura-familiar>>. Acesso em: 30 abril. 2014.

desenvolvimento rural. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA³ o principal objetivo dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, de mecanismo de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável.

Hoje o foco de ação das ATER são as tecnologias sociais como, captação de água da chuva, aproveitamento dos recursos disponíveis nas propriedades, etc. Sendo práticas acessíveis e compatíveis às potencialidades locais e à capacidade produtiva do agricultor, respeitando os valores socioculturais do local.

O objetivo do trabalho é verificar a percepção dos agricultores familiares de duas comunidades rurais do município de Serra Branca – PB sobre a ação extensionista dos órgãos de Assistência Técnica. Como objetivos específicos buscamos compreender o papel da extensão rural e as possibilidades da ação extensionista, segundo a ótica dos agricultores e elencar as principais práticas socializadas pelos extensionistas nas comunidades estudadas.

³<<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/institucional/assistenciatecnicaextensaorural>>. Acesso em: 30 abril. 2014

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 EXTENSÃO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR

A Extensão Rural originou-se nos Estados Unidos, posteriormente transferida para o Brasil com ideologias decorrentes da Guerra Fria (VIEBRANTZ, 2008). Ainda no século XIX, na década de 80, o conceito de extensão rural começou a emergir de forma organizada, nos Estados Unidos, com a necessidade de repassar os resultados das pesquisas e divulgar entre os agricultores os resultados das pesquisas dos Centros de Experimentação e dos Colégios Agrícolas, o que deu origem ao “Extension Service”, que se apresentava com seus métodos pedagógicos próprios, caracterizados principalmente pelas demonstrações e o envolvimento com os produtores (SANTOS, 2008).

Segundo Neto (2001), o serviço de assistência técnica e extensão rural constitui um importante instrumento de apoio ao desenvolvimento rural. Para o autor, nas condições do Brasil este segmento tem relevante ação se considerarmos o imenso problema social com que hoje nos defrontamos, ou seja, o elevado número de brasileiros que não têm acesso aos fatores básicos e indispensáveis da cidadania: alimentação, educação, saúde, emprego, e sustentabilidade.

Instituída em 11/01/2010, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER pela Lei nº 12.188, estabelece que a Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER é um serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais.

Ao longo do tempo, o serviço de assistência técnica e extensão rural focalizou sua atenção na importância da adoção de novas tecnologias agropecuárias pelo produtor, procedimento que era considerado como única alternativa para o desenvolvimento do meio rural. Hoje essa ação vai mais além, buscando socializar conhecimentos gerados nas instituições de pesquisa e ensino

ao mesmo tempo em que procura conhecer os saberes e fazeres das comunidades rurais. Assim, o mais recente modelo de assistência técnica e extensão rural supõem uma articulação política, capaz de organizar capital humano, recursos financeiros a partir de parcerias solidárias e comprometidas com o desenvolvimento e o fortalecimento da agricultura familiar em todo o país, respeitando-se a pluralidade, as diversidades sociais, étnicas, culturais e ambientais (BRASIL, 2006).

2.2 A NOVA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – PNATER

Em 2004, a nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) estabelece que a missão da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) deve ser “Participar na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade” (MDA, 2004 apud Alves, et al). Dessa forma estabelece uma mudança de rumos em relação às práticas difusionistas presentes na história da extensão rural convencional.

É nesse contexto que a nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) propõe as entidades, as organizações não governamentais (ONG's) e técnicos de extensão rural que participem de um processo capaz de promover e apoiar estratégias de agricultores familiares que levem à viabilidade socioeconômica e ambiental no meio rural. Segundo Rezende (2012), atuar nessa nova perspectiva de ATER requer que as instituições de ensino, pesquisa e extensão, que seus gestores e assessoria técnica, tenham uma nova postura em sua atuação baseada em metodologias e métodos e técnicas participativas que estimulem o envolvimento e a valorização do conhecimento empírico (o saber) do agricultor familiar.

Alguns autores, como (Alexandre, 2002 apud TONETE, 2008) já colocam que, em se tratando de extensão rural, a equipe extensionista, caso pretenda obter bons resultados, deve trabalhar em nível de comunidade com diagnóstico rural, lembrando que cada comunidade é diferente, levando esse diagnóstico a um planejamento, para que o próprio homem rural possa atuar como ator de sua própria mudança.

Freire (1979), falava disso quando colocava que o processo de mudança, quando identifica a educação como elemento fundamental para o sujeito do campo ou da cidade. E considera como necessidade primordial dessa mudança, a leitura de mundo com o sujeito que aprende, mas que também ensina.

Tendo como enfoque participativo, através das problematizações da realidade e ação, com objetivo de resgatar a cidadania e tornar presente os parâmetros políticos, sociais, econômicos e culturais dos atores. Para construir novos laços e pactos sociais de solidariedade e contribuir voluntariamente, permitindo o crescimento do espírito cooperativo.

Aqui é importante entender a diferença entre Extensão Rural e Assistência Técnica: a primeira é compreendida como sistemas de procedimentos técnicos e organizativos, apresentando como função a educação do agricultor e da população rural, sendo também uma organização que desenvolve trabalhos com as famílias e trabalhadores rurais; a assistência técnica é definida como um conjunto de 35 ações integradas que objetiva dar condições aos usuários de adotar e utilizar técnicas para atingir o êxito em seu empreendimento (VIEBRANTZ, 2008).

O novo papel da extensão rural deve ser: "estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo, e outras, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando a melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da Agroecologia como eixo orientador das ações" (MDA, 2005 apud TONETE, 2008).

Outro espaço de participação, parceria, descentralização e gestão social efetiva da agricultura familiar são os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentáveis – CMDRS, onde o agricultor familiar e os diversos

representantes dos segmentos sociais dos municípios discutem seus problemas e identificam as alternativas de soluções a partir de suas próprias experiências, necessidades e prioridades, abordando questões como melhoria e ampliação de infra-estrutura básica para o município (estradas, eletrificação rural, saneamento básico, armazéns, etc.), como serviços públicos de apoio para melhoria das condições de vida do agricultor familiar (saúde, educação, assistência técnica e extensão rural, reforma agrária, pesquisa, crédito rural).

O serviço de assistência técnica e extensão rural constitui um importante instrumento de apoio ao desenvolvimento rural. Segundo SCALABRIN et al. (2009) no Brasil esta importância torna-se maior ao analisar a realidade do país e considerar o imenso problema social com que hoje é enfrentado pelos produtores. Diante disso, o técnico extensionista deve ir além de simplesmente levar informações úteis ao produtor rural. O ideal é que a informação seja passada, levando em conta a realidade do produtor rural, considerando suas experiências adquiridas ao longo da vida, sua cultura e também o ambiente social, ou seja, considerar a contextualização.

O modelo difusionista da extensão rural passou a sofrer questionamentos tanto no âmbito interno como externo da empresa, principalmente através dos movimentos sociais e a partir das discussões sobre os danos causados pelos pacotes da agricultura verde. Com o advento da Agroecologia, os diálogos se intensificaram, exigindo dos extensionistas novas formas de abordagem e intervenção, pautadas no diálogo e na interação dos saberes.

A extensão rural agroecológica necessita de uma nova forma de percepção da realidade, entendendo que o saber dos extensionistas não é absoluto, devendo respeitar o conhecimento e as culturas locais, partindo de um processo de estudo e compreensão sobre a coevolução entre as pessoas da comunidade e seu ambiente, e a partir desta compreensão buscar a construção de formas de trabalho e a adoção de metodologias que impulsionem processos de desenvolvimento endógeno, buscando o uso sustentável dos recursos naturais (CAPORAL, 2002).

2.3 A EXTENSÃO RURAL E O PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)

O programa do PRONAF, foi criado pelo Governo Federal em 1995, com o intuito de atender de forma diferenciada os mini e pequenos produtores rurais, possibilitando a elevação de sua capacidade produtiva, geração de emprego e renda, contribuindo para a redução das desigualdades social. Promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar⁴.

É mais conhecido como uma linha de crédito aos agricultores familiares, mas vai além disso. Atualmente o programa conta com o sub-programa de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, que busca fomentar a geração de renda pelo turismo rural, biocombustíveis, plantas medicinais, cadeia produtiva, seguro agrícola, seguro de preço e seguro contra calamidade por seca na Região Nordeste.

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, resultado da luta dos agricultores familiares, é um programa voltado aos interesses da agricultura familiar, que além de auxiliar na capitalização de recursos, não só econômicos, mas de formação e profissionalização para a conquista da sustentabilidade desses agricultores e suas famílias.

2.4 AGROECOLOGIA E EXTENSÃO RURAL

Já é uma realidade em alguns locais que a Agroecologia tem contribuído para uma agricultura orgânica, que propõe alternativa de promover o desenvolvimento rural, baseada no diálogo de saberes e em processos ecológicos aplicados no sistemas de produção.

⁴<<http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo26.htm>>Acesso em:30 abril. 2014

“A Extensão Rural Agroecológica poderia ser definida como um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação participante, que permitam o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os leve a incidir conscientemente sobre a realidade, com o objeto de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas implicadas em seu manejo” (CAPORAL 2004).

De acordo com RAMOS (2006), a perspectiva agroecológica e a extensão rural deveria potencializar o desenvolvimento endógeno, ou seja, utilizar os recursos disponíveis, relativos às formas históricas, culturais, sociais, políticas, assim como as bases econômicas já existentes. Sendo fundamental centrar atenção no uso sustentável daqueles recursos oferecidos pela natureza.

“Buscando estratégias de desenvolvimento, de uma Extensão Rural Agroecológica não podem orienta-se simplesmente pela acumulação de metas de crescimento econômico, de produção e de produtividade, mas devem assumir uma orientação pluridimensional que inclua: os desejos e necessidades de mudança das condições econômicas, mas que ao mesmo tempo leve à condições de segurança alimentar, a melhores níveis de educação, de saúde e de bem estar, ao tempo que introduzem uma maior equidade social e sustentabilidade ambiental aos sistemas agrícolas.” (CAPORAL 2004).

Segundo Hecht (1989), Agroecologia aparece como um conjunto de ideias ambientais e de sentimento social acerca da agricultura, cujo conteúdo trata da produção, mas também da sustentabilidade ecológica dos sistemas de produção ainda que mais estritamente, Agroecologia se refere ao estudo de fenômenos

puramente ecológicos que ocorrem nos campos de cultivo, tais como as relações entre parasitas e hospedeiros, competições entre plantas.

É mais adequado que a extensão rural pública adote a perspectiva da Agroecologia, além de ser uma alternativa ambientalmente mais amigável, a longo prazo, proporcionando requisitos necessários para uma ação extencionista mais compatível com a realidade da agricultura familiar, que beneficia o ser humano e os seres vivos, e o meio ambiente como um todo. Além disso, satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras. Proporcionando uma transformação progressiva tanto na economia como na sociedade, aumentando o potencial produtivo e assegurando igualdade e oportunidades para todos.

2.5 COMUNICAÇÃO RURAL E EXTENSÃO RURAL

A comunicação rural, de acordo com Duarte (2003), teve início no ano de 1900, tendo uma intensificação na década de 40, iniciando os programas estatais de extensão rural. O suporte teórico veio dos Estados Unidos e aliando-se a cartazes, folhetos, cartilhas, audiovisuais, programas de rádio (recentemente vídeos), foram introduzidos no contexto histórico, cultural e político daquela época no Brasil". Esta forma de comunicação é utilizada até hoje, com cartilhas e programas explicativos, como suporte para as atividades de extensão rural, que é uma importante ferramenta de que dispõem os agricultores para acessar as informações geradas pelos institutos de pesquisa e pela Academia.

Segundo SANTOS (2008), é de suma importância o papel da Assistência Técnica e Extensão Rural pelo processo de comunicação rural, tendo em vista que o produtor rural, normalmente, encontra-se desassistido.

A comunicação rural deve ser entendida e praticada não para ocultar a realidade ou desviar os produtores de seus reais problemas, mas para aproximar-se da verdade total, dos problemas concretos e condicionantes do desenvolvimento rural e levar as informações necessárias para solução desses mesmos problemas (BORDENAVE, 1983).

O que deveria ser estabelecido neste processo de comunicação entre técnicos e produtores, é uma relação de troca, sendo que o técnico iria buscar as reais necessidades dos produtores, analisar seu contexto social, cultural, econômico, aproximando dos verossímeis problemas dos produtores, visando um desenvolvimento rural que não massacre, domestique e robotize os mesmos

Somente quando concebida dessa forma, a comunicação rural contribuirá para conscientizar a população e produtores, para participar ativamente nos processos de mudança social e de construção de uma sociedade democrática e participativa.

Para FRIEDRICH (1988), a comunicação evidencia-se como uma busca pelo exercício da cidadania, a busca pelos direitos, uma vez que “a relação entre comunicação e cidadania vai além da questão da liberdade de expressão, passando pela universalização do direito à comunicação”. No meio rural há ausência de informações sobre a necessidade de proteger, conservar e recuperar o meio ambiente. Buscar alternativas que visem minimizar ou mitigar os impactos das ações antrópicas é essencial para a promoção da sustentabilidade ambiental e social.

O rádio por ser um dos meios de comunicação mais democráticos e mais acessíveis que existem, pode se constituir em instrumento de orientação ao homem do campo, trazendo em sua programação uma proposta educativa para divulgação do conhecimento técnico-científico e valorização dos saberes (PORTUGAL, 2004).

Este veículo de comunicação pode funcionar também como ferramenta educacional, principalmente quando se pretende estreitar a relação ouvinte-locutor. Um programa de rádio voltado para o mundo rural precisa levar em conta que o agricultor deve ser visto como co-participante e agente dessa construção (SOUSA et al., 2013).

Resaltamos no entanto que o papel da comunicação massiva não se dá apenas pelo rádio, mas hoje podem ser usados dois outros veículos. O primeiro é a televisão, que hoje alcança as comunidades rurais por meio de conexões feitas por antenas parabólicas. Ora, este veículo é muito poderoso no que se refere a

possibilidade educativa dos agricultores, pois além do áudio é possível serem veiculadas imagens em movimentos com os mais variados conhecimentos.

Mas isto, em nossa posição de acadêmicos críticos, deve ser visto como um meio que existe, mas que é pouco explorado por falta de interesse de quem está por trás deste meio tão poderoso de comunicação.

O segundo veículo a que queremos nos reportar, é a computadores conectados à internet, que mesmo sendo menos acessível do que a televisão ou ao rádio, trás mais possibilidades de recursos, uma vez que incorporado estes dois últimos se encontram de alguma forma incorporado ao primeiro.

Portanto, cabe-nos entendermos que a comunicação dentro da extensão rural se modifica juntamente com as tecnologias que hoje se mistura a própria evolução da sociedade, e que não pode de forma alguma ser desprezada na perspectiva da plausibilidade de uso otimizado do que existe de melhor para comunicar informações relevantes aos agricultores.

2.6 EXTENSÃO RURAL NO CARIRI PARAIBANO

Ao longo do tempo, as atividades de Extensão Rural no Brasil se estabeleceram graças à ação governamental que utilizava modelos de comunicação para persuadir as populações rurais a modificar suas práticas tradicionais de produção, por outras práticas agrícolas consideradas “modernas” e, portanto, capazes de promover o desenvolvimento (ALVES, et al 2010).

Na região do Cariri paraibano a ação da Extensão Rural iniciou na microrregião do Cariri Ocidental, mesorregião da Borborema, no Estado da Paraíba, através da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR), com a instalação de escritórios nas cidades de Monteiro, Sumé e Serra Branca, nos anos de 1960. Estas unidades ficaram encarregadas de fazer o atendimento aos demais municípios da região (OLIVEIRA et al., 2010).

2.7 EXTENSÃO RURAL NA ACADEMIA

É importante ressaltar que a extensão é um dos pilares das universidades Brasileiras que liga a pesquisa ao ensino, que visa desenvolver projetos principalmente nos seguintes temas: Agricultura Familiar (20,40%), Desenvolvimento Local (19,90%), Agroecologia (10,95%), e Movimentos Sociais (10,95 %). (CALLOU etall., 2008).

Buscando auxiliar essas unidades de assistência técnica, as universidades têm investido cada vez mais em projetos de extensão rural, como é o caso do Núcleo de Extensão Rural Agroecológica (Nera) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e do Programa de Ações Sustentáveis para o Cariri (Pascar) da universidade Federal de Campina Grande, que desenvolvem projetos para oferecer extensão rural agroecológica e especialização em Agroecologia de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater/Ates⁵) para comunidades rurais e assentamentos, visando diagnosticar os problemas enfrentados pelos agricultores e construir alternativas agroecológicas valorizando o conhecimento local.

Discutir o sistema agroalimentar da Revolução Verde; ampliar intercâmbios agroecológicos, a capacidade de elaborar projetos e propor ações educativas em rede é uma maneira de consolidar a sustentabilidade dos agroecossistemas familiares (INCRA, 2013).

A extensão universitária contribui significativamente para a mudança da sociedade, neste sentido, a extensão rural é a principal geradora de atitudes, afinal primeiro é necessário conhecer, para posteriormente criar, e este é o papel da extensão rural, pois ao promover uma integração dos discentes de ciências agrárias com os produtores rurais, que promovam alternativas e programas que propiciem o desenvolvimento rural.

2.8 A EXTENSÃO RURAL NA PERCEPÇÃO DO(A) AGRICULTOR(A)

A importância da agricultura familiar no Brasil é absolutamente relevante. Segundo Guanzirollet al (2001), as informações disponíveis sobre agricultura familiar no país, mostram que, apesar da falta de apoio, ela é responsável por uma grande parte da produção agropecuária, obtém rendimentos mais elevados por hectare, e uma grande parcela dos empregos agrícolas se deve a ela.

Os serviços de Assistência Técnica e Extensão rural oportunizaram que os produtores rurais saíssem de modelos produtivos empíricos para produções mais econômicas e sustentáveis. Trouxe modernização no campo, transformando principalmente a agricultura e pecuária através de tecnologias aliadas às técnicas especializadas, transformando inclusive questões sociais e culturais (VIEBRANTZ, 2008 apud FREITAS et al, 2013).

De acordo com Neto (2001), embora a adoção de inovações tecnológicas resultasse em aumento de produtividade, não necessariamente provocava aumento de renda para o agricultor. Isto levou inúmeros agricultores a criar resistência à adoção de inovações tecnológicas, gerando frustrações nos técnicos do serviço de extensão rural.

Os produtores possuem um nível de entendimento considerável sobre ATER, e a sua importância para o aumento da competitividade em suas propriedades, porém há pouca atuação dos agentes responsáveis por esse tipo de serviço, principalmente por parte das instituições públicas. O que faz com que os conhecimentos necessários aos produtores para o desenvolvimento das atividades existentes em suas propriedades, não sejam aproveitados de forma mais objetiva (FREITAS, et al 2013).

Faggionato (2002), sustenta que a percepção ambiental é uma atividade mental de interação do indivíduo com o meio, que pode ser definida como uma tomada de consciência do espaço. De acordo com Marczwski (2006), os trabalhos sobre a percepção ambiental podem funcionar como um importante diagnóstico do entendimento de um grupo ou comunidade em relação ao meio, avaliando o nível

⁵ Assistência Técnica Ambiental e Social em Áreas de Assentamento.

de valoração dado aos diversos recursos para embasar programas de educação para o desenvolvimento sustentado.

Pela avaliação da percepção ambiental das pessoas é possível compreender o sentimento de pertencimento que é atribuído àquele dado ambiente e seu entendimento das limitações ou grandezas das ações desenvolvidas por determinado setor.

O papel desempenhado pelas associações, inclusive nas associações rurais, é de extrema importância, já que, elas acabam servindo de instrumento para o alcance de objetivos mútuos (MATTOSINHO 2010, apud COSTA; RIBEIRO, 1999). Compreender sua percepção da dinâmica que os rodeia é ainda mais relevante, uma vez que a sustentabilidade dos agroecossistemas familiares depende da construção coletiva, da identificação do homem com o meio, do sentimento de pertencimento deste ao seu território e de sua forma de ver, de saber e de fazer.

O enfoque na participação das pessoas das comunidades, partilhando conhecimentos entre estas e os agentes externos e sua relação com os técnicos extensionistas é de suma importância na construção da sustentabilidade ambiental, econômica e social. (VIONE 2002 apud Gomes et. al. 2001), ressaltam que os agentes externos devem ter paciência, humildade, respeito, sensibilidade e honestidade na relação com as pessoas do local, para que se construa uma relação de confiança e de abertura entre as pessoas, o que corrobora o pensamento do educador Freire (1979), quando questiona o próprio conceito de extensão, afirmando que o conhecimento não pode ser estendido de uma pessoa para outra, mas pelo contrário, deve brotar da interação-comunicação-compreensão mútua entre agricultores e técnicos, partindo da problematização da realidade local.

O Movimento dos Sem-Terra, tão ético e pedagógico quanto cheio de boniteza, não começou agora, nem a dez ou quinze, ou vinte anos. Suas raízes mais remotas se acham na rebeldia dos quilombos e, mais recentemente na bravura de seus companheiros das Ligas Camponesas que há quarenta anos foram esmagados pelas mesmas forças retrógradas do imobilismo, colonial e perverso. O importante porém é reconhecer que os quilombos tanto quanto os camponeses, das Ligas e os sem-terra de hoje todos em seu tempo, anteontem, ontem e agora sonharam e sonham

o mesmo sonho, acreditaram e acreditam na imperiosa necessidade da luta na feitura das história como 'façanha da liberdade. (Freire, 2000).

A luta pelo direito de ser, da Pedagogia libertadora de Paulo Freire. Ela nasce na década de 50 e 60 no Brasil, com organização e luta dos movimentos sociais e populares, uma Pedagoia do Oprimido.

“Aquele que tem de ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará. (FREIRE, 1987).

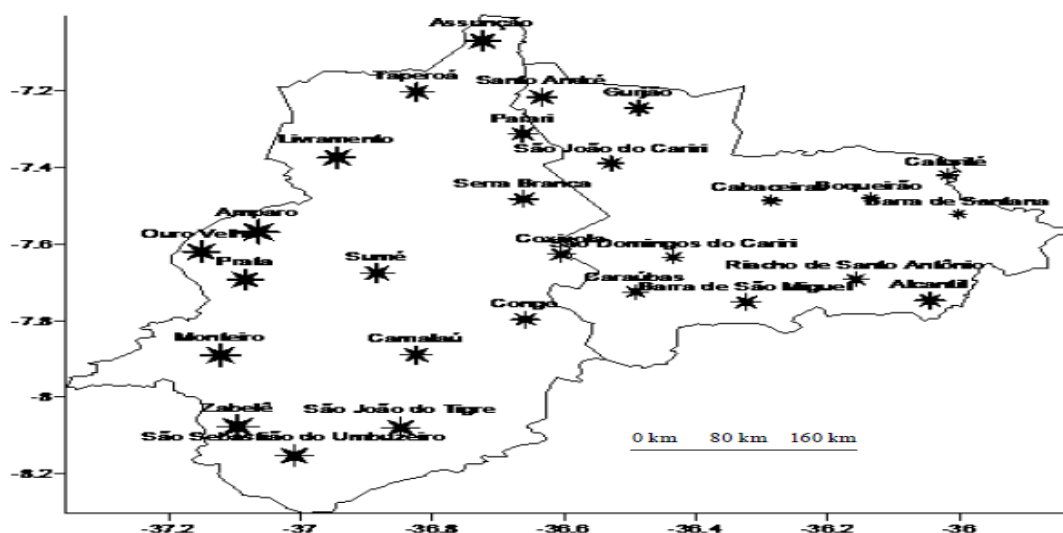
3 METODOLOGIA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A pesquisa foi realizada junto aos agricultores familiares das Associações Cantinho e Feijão, no município de Serra Branca, localizado na microregião do Cariri Ocidental, a 226 km da capital João Pessoa. Está situada entre 650 a 1.000 metros de altitude, as coordenadas geográficas do município Latitude: 7° 29' 14" Sul Longitude: 36° 39' 51" Oeste. A população estimada do município é de 13.101 habitantes, distribuídos em 738 km² de área (IBGE, 2012).

O Cariri Ocidental é constituído por 17 municípios e o Oriental de 12, subdivisão baseada em determinadas diferenças intraregionais no que diz respeito às especificidades físicas e econômicas que caracterizam essas terras. De forma geral, as médias pluviométricas são mais baixas (400 a 500mm/ano), o relevo tem topografia suave ondulada a ondulada e a economia é predominantemente pastoral no Cariri Oriental Já no Cariri Ocidental as médias pluviométricas são um pouco maiores (500 a 600mm/ano), o relevo apresenta topografia mais acentuada e a economia é mais dinâmica, seja na agricultura como na pecuária

Figura 1 - Espacialidade dos municípios da região do Cariri paraibano.

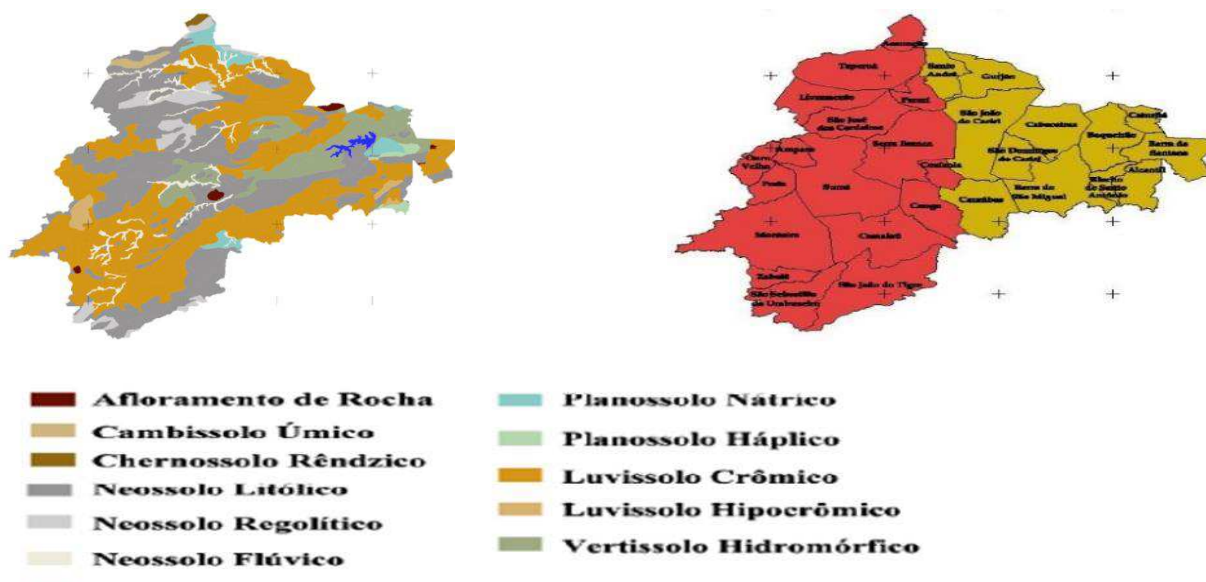


Fonte: Nascimento e Alves (2008).

Os solos da região são classificados, em sua maioria, como NEOSSOLOS e LUVISSOLOS (EMBRAPA, 213), cujas características apontam para a pouca maturidade geológica, podendo ser classificados, como solos jovens, com pouca profundidade e muita pedregosidade, além da susceptibilidade à erosão, o que evidencia a necessidade de adoção de práticas conservacionistas, para manutenção de suas potencialidades e da qualidade de vida dos agricultores que deles dependem.

Os solos locais podem ser agrupados em terras não aráveis nas condições naturais, com algumas deficiências, topografia irregular e elevada e difícil uso sob condições naturais, onde as deficiências naturais pedem um elevado custo de correção, especialmente quando se considera a pouca disponibilidade de água; e em pequenas áreas de ribeira, com trechos que podem ser aráveis, apesar de aptidão restrita em nível de potencial agrícola (Figura 02).

Figura 2. Ordens de solos presentes na região do Cariri.



Fonte: Modificado de Souza (2008).

A degradação dos solos na região, segundo relatório do INSA (2012), está em níveis severos. Dados do Instituto revelam que mais da metade dos municípios

paraibanos está suscetível ao processo de degradação da terra, que compromete sua produtividade, a economia local/regional, a sustentabilidade ambiental e social.

Essa situação tende a se agravar devido ao avanço das ações antrópicas, sobretudo ao desmatamento e às queimadas, que estão fortemente relacionados ao consumo de lenha no semiárido paraibano (70% de consumo doméstico e 30% de consumo industrial).

Assim, a agricultura familiar no Cariri paraibano convive, ao longo de sua história, além das condições edafoclimáticas que peculiares, com práticas predatórias que propiciam o desgaste dos recursos naturais, gerando diminuição da capacidade produtiva do solo, poluição e assoreamento dos mananciais de água, além dos desastres ambientais, como desertificação, erosão e salinização (ROBSON, 2006).

O clima regional, segundo a classificação de Koppen (1948), é do tipo como Bsh - semiárido quente, por corresponder a área mais seca do Estado, com pluviometria média interanual entre 550 e 600 mm. A temperatura média anual é de 24°C, com máxima nos meses de novembro a dezembro e mínima no período de julho a agosto.

3.1.1 Comunidade Rural Cantinho

A Comunidade Cantinho está localizada na BR 412, que dá acesso aos municípios Sumé a 15 km da sede do município de Serra Branca-PB. Situa-se a 476 metros de altitude as coordenadas geográficas da comunidade Latitude: 7° 32' 51.64" Sul Longitude: 36° 43' 3.79" Oeste. A Associação de Desenvolvimento Comunitário e Usuários de Água do Sítio Cantinho e Comunidades Adjacentes, foi criada no dia 09 de junho de 1997, objetivando dinamizar o processo produtivo rural e desenvolver ações em benefício da comunidade local e para melhorar as condições da qualidade de vida de seus integrantes e divulgação de técnicas de produção, manejo do solo e mercado de preço. Atualmente é constituída com 84 socios. A diretoria atual é constituída pelo Sr. Severino Moreno da Silva

(Presidente), Sra. Marinalva Moreno da Silva Barros (Secretária) e Rafael da Conceição Costa (Tesoureiro).

Figura 03 - Visão da Associação e da Comunidade Cantinho.



Fonte: Imagem captada pela pesquisadora.

3.1.2. Comunidade Rural Feijão

Localizada na PB 193, que dá acesso ao município de São José dos Cordeiros a 3km da sede do município de Serra Branca-PB, a Comunidade Feijão situa-se a aproximadamente 493 metros de altitude, as coordenadas geográficas da comunidade Latitude: 7° 27' 54.88" Sul Longitude: 36° 38' 57.45" Oeste e caracteriza-se pela presença de solos férteis às margens do Rio Porção.

Sentida a necessidade de uma organização social para discutir interesses da comunidade, os moradores, reunidos no Grupo Escolar Justiniano Rodrigues de Souza, no domingo de 5 de agosto de 1990, deliberaram a formação da Associação dos Sítios Feijão, Serrinha, Várzea Nova, Veloso, Aroeiras, Pau-Ferro além de sítios vizinhos. (DANTAS, 2009). Inicialmente foram cadastrados 202 associados, mas atualmente a Associação de Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ACAFESV), conta com 85 sócios. Sua diretoria atual é composta pelo Sr. Edegedson Souza Rodrigues Dantas, mais conhecido por *Edim do Feijão* (Presidente), Sra. Irene Procopio (Vice-presidente), Sra. Vanessa Cristina de

Araujo Cruz (1º Secretária), Sra. Nubia Saraiva (2º Secretaria), Sr. José Ivanildo de Lima Santos (1º Tesoureiro) e Sr. José Evandro de Lima (2º Tesoureiro).

Figura 04 - Visão da Associação e da Comunidade Feijão.



Fonte: Imagens captadas pela pesquisadora.

3.1.3 Caracterização da pesquisa

Para realização da pesquisa, foi feita inicialmente uma revisão bibliográfica como forma de garantir diferentes pensamentos acerca do tema em questão.

De acordo (FREITAS, 2013 apud Bêrni, 2002), argumenta que a revisão bibliográfica permite uma melhor contextualização do assunto, auxiliando na definição dos fatores que nortearam o desenvolvimento do trabalho.

A pesquisa também foi caracterizada como estudo de caso, que de acordo com (SCHRÖEDER, 2005 apud Yin 2001), situa-se como uma oportunidade de realizar uma pesquisa através de investigação de um fenômeno contemporâneo analisando seu contexto de formar real, com uso de diversas fontes de evidências sobre o assunto, e como exploratória descritiva, que segundo Gil (1994), é quando se descreve as características de determinadas populações. Sua peculiaridade está na utilização da técnicas padronizadas de coletas de dados, tais como o questionário e observação sistemática.

3.1.4 Instrumentos da pesquisas

Após contato inicial com os presidentes das associações das comunidades para apresentaro objetivo da pesquisa, foi agendado o dia para aplicação dos questionários com os demais socios. A pesquisa foi conduzida no período de junho a novembro de 2013.

Além das visitas *in loco*, foram feitas observações sistemática, pesquisa documental e ainda utilizado como fonte de pesquisa a consulta de atas de reunião, estatutos, concedidos pelas associações rurais. De acordo com ROCHA (1997), um questionáriodo para determinar o perfil socioeconômico tem como objetivo avaliar a situação social e econômica enfrentados nomeio rural, bem como a deteriorização das famílias de uma região.

Figura 05 - A autora apresentando o projeto em roda de conversa e aplicando os questionários.



Fonte: Imagens captadas pela pesquisadora.

Na aplicação dos questionários, considerou-se como amostra populacional, 21 sócios de cada comunidade, que participa diretamente de tomadas de decisões, em um total de 42 respondentes .

O questionário era composto por 53 questões fechadas, com o objetivo de verificar a percepção dos associados acerca do Serviço de Extensão Rural nas localidades em que residem e foi aplicado de modo informal, para estabelecer relações de confiança.

Para Mentzeret al. (2001), confiança e compromisso são essenciais para o trabalho cooperativo, sendo a confiança o fator mais determinante para uma relação de comprometimento.

No questionário foram utilizados os seguintes critérios de avaliação para as respostas: CT – concorda totalmente, CP – concorda parcialmente, SO – sem opinião, DP – discorda parcialmente e DT – discorda totalmente.

O tempo médio para aplicação do questionário foi de aproximadamente quatro horas. Além da identificação do perfil, foram feitas perguntas relacionadas às condições de produção, sistemas de irrigação, uso sustentável da vegetação, presença de degradação do solo, uso de práticas de conservação do solo e da água, associativismo, necessidade do serviço de ATER, utilidade da assistência, fiscalização, visita do extensionista, aumento do quadro dos técnicos, percepção do serviço prestado ao agricultores familiares pela ATER.

Durante a pesquisa foram realizadas visitas às áreas de produção e observadas, junto aos agricultores, a necessidade de informações sobre os problemas enfrentados na comunidade, quanto ao uso da terra (culturas trabalhadas, compostagem, produção agroecológicas, sistemas consorciados, técnicas e praticas sustentáveis) para que pudessem melhor aproveitar os recursos disponíveis em suas propriedades. Essas informações tornam-se fundamentais para conhecimento da realidade do agricultor das duas comunidades rurais pesquisadas e na definição das áreas dos produtores e sua visão sobre a ação extensionista. Após a análise dos dados foi utilizado o programa Office Excel para geração dos gráficos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

a) Perfil dos entrevistados:

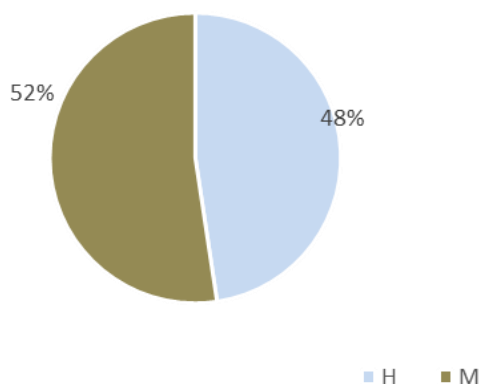
A descrição do perfil socioeconômico é o retrato social, econômico e cultural que permite compreender a estrutura ligada à agricultura familiar. A partir dos resultados da pesquisa realizada selecionamos alguns aspectos quanto ao perfil dos agricultores familiares das duas comunidades rurais.

Os resultados apontam que, quanto a identificação dos atores sociais, a maioria dos associados é do gênero feminino com 52% e 48% masculinos (RG - 1). Barbosa et al. (2010) também encontraram valores semelhantes, estudando uma comunidade rural no Brejo paraibano, onde 44% eram do gênero masculino e 54% feminino. Além de evidenciar o crescimento do papel da mulher como protagonista das atividades agrárias esse resultado informa sobre o crescente êxodo dos jovens do trabalho do campo, em busca de novas experiências de vida em áreas urbanas.

A participação das mulheres rurais é marcante, tanto no trabalho realizado dentro de casa como também desempenham juntamente com seus esposos o trabalho no roçado. Assim, contribuindo com a renda familiar e o desenvolvimento das comunidades em diversas formas. Elas trabalham como empreendedoras, como trabalhadoras rurais, em negócios familiares, como autônomas; elas são ainda responsáveis pelo trabalho doméstico não remunerado. Mas, sua contribuição ainda é limitada devido a discriminação e papéis rígidos de gênero, questões essas que precisam tratadas para garantir o pleno alcance de seu potencial.

“As mulheres estão em todos os lugares e não estão em lugar nenhum. Em todos os lugares porque, para além dos dados que as ocultam, basta olhar a dinâmica cotidiana para que se constate que as mulheres, em maior ou menor medida, realizam todas as atividades produtivas e reprodutivas na unidade familiar. (Gouveia, 2007).”

Representação Gráfica⁶ 1 - Gênero dos associados das duas comunidades.



Fonte: Construídos com dados da pesquisa

A faixa etária é um item importante na caracterização socioeconômica de uma população, haja vista, ser esta responsável pela força de trabalho e a produção de renda, que é condição indispensável para manter, em certa medida, a qualidade de vida desses agricultores.

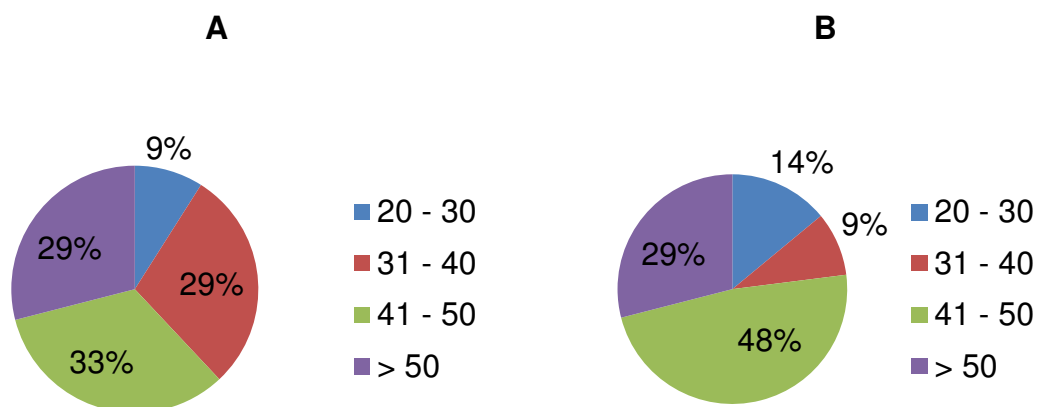
Quando se trata do meio rural é preciso associar que o fenômeno de envelhecimento da população é acompanhado pelo êxodo dos jovens rurais para os centros urbanos. Estes dois fenômenos juntos trazem consigo o problema da reprodução social da agricultura familiar no campo, pois sem atrativos o jovem migra para as cidades, fazendo com que a faixa etária da população (predominante) no meio rural seja de pessoas mais velhas, entretanto, os dados revelam que essa população é economicamente ativa, dentro da faixa estabelecida pelo IBGE (2012), que considera essa faixa etária, entre 15 e 64 anos de idade.

Rebouças e Lima (2013), encontraram média de idade em seus estudos com agricultores familiares em torno de 37 anos e também que a máxima idade pesquisada foi de 65 anos. Dados similares foram encontrados por Godoy et al. (2009), em seus estudos sobre a presença de idosos e a permanência de jovens no meio rural. Os autores concluíram que o envelhecimento da população é um fato

⁶ As Representações Gráficas serão abreviadas na discussão dos dados da seguinte forma: (RG – 1), entenda-se Representação Gráfica 1.

que esta ocorrendo no meio rural, e, está ligado diretamente ao aumento do benefício da aposentadoria como uma renda adicional aos agricultores familiares (RG -2).

Representação Gráfica 2 -Faixa etária dos associados (A – Feijão B – Cantinho).



Fonte: Construídos com dados da pesquisa.

No que se refere à renda familiar, além da ocupação da mão-de-obra da família na propriedade, os produtores conseguem uma renda extra oriunda de aposentadoria, benefícios do Governo, alguns trabalham na zona urbana para ajudar com as necessidades básicas de consumo de alimentação, vestuário e rações animais, não havendo sobra para outros investimentos.

Godoy et al. (2009), compreender que a sucessão da terra na agricultura familiar, é extremamente importante para formação de novas gerações de agricultores, é um processo que envolve a transferência patrimonial, continuação da atividade profissional paterna, proporcionando a substituição das gerações mais velha, onde os pais passam para seus filhos a gestão do patrimônio. Além disso, ressaltam que a agricultura familiar têm lançado mão de estratégias de combinações entre as diversas atividades agrícolas ou não-agrícolas (pluriatividade) para alcançar o equilíbrio econômico da propriedade. Neste

contexto, a aposentadoria apresenta uma contribuição expressiva para muitos agricultores.

Uma outra análise que precisa ser feita é no que se refere às propriedades. Entre alguns fatores é importante vermos sobre o porte, ou seja, o tamanho que as mesmas apresentam.

O tamanho médio das propriedades é de 20 hectares, nas duas comunidades e a forma de aquisição deu-se por meio de herança de familiares ou de compra. Fonseca et al. (2009), também verificaram em seus estudos que as propriedades apresentavam a posse da terra inferior a 50 hectares, o que permite verificar a predominância da pequena propriedade.

A maior parte das propriedades pertence às famílias entrevistadas, ou, quando são arrendadas para terceiros geralmente há a existência de algum grau de parentesco. A estabilidade residencial no meio rural é extremamente benéfica para a prática agrícola, estabelecendo um vínculo comunitário.

Clemente et al. (2011), observaram que, nas comunidades rurais estudadas por eles, 60% das propriedades rurais pesquisadas possuem até 20 hectares e mais de 92% caracterizam-se como pequenos produtores rurais, pois possuem menos de 50 hectares.

b) Informações produtivas:

Inicialmente é preciso colocar que todos os entrevistados enfatizaram a importância da atuação dos extensionistas na formação dos grupos com forte apoio na motivação, capacitação e orientação técnica aos agricultores, bem como na elaboração e desenvolvimento de projetos que possibilitaram o acesso a recursos públicos e financiamentos para estruturar as organizações.

A presença dos técnicos também foi mencionada, embora esteja mais ligada a execução de projetos e seja muito limitado o número de técnicos para a assistência necessária às demandas das comunidades.

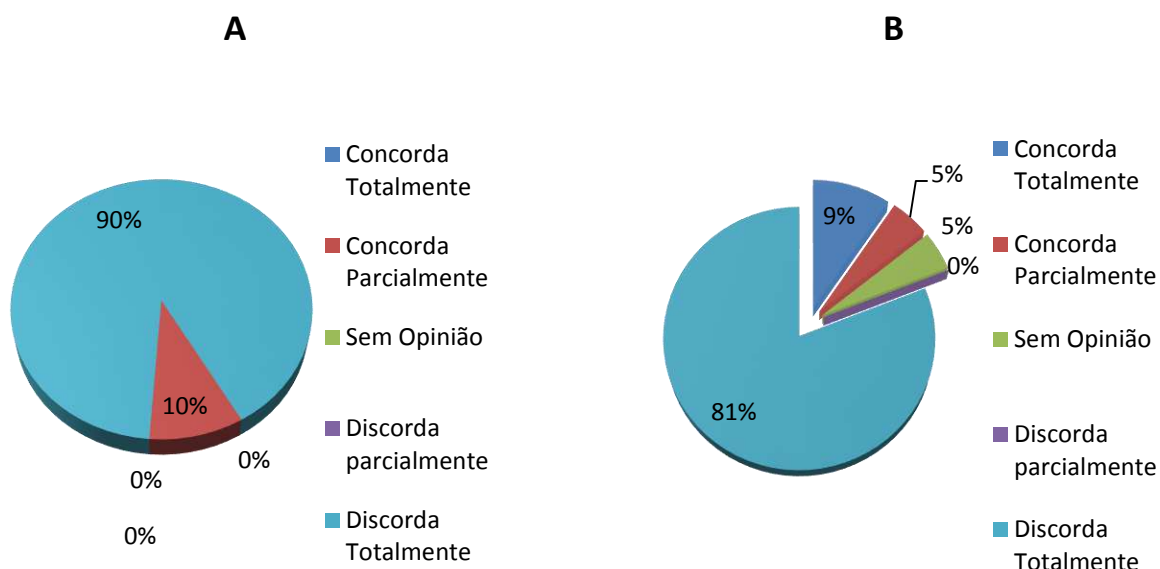
Os agricultores entrevistados também disseram ser imprescindível a atuação dos extensionistas na formação e evolução das organizações rurais e que

entendem que não seriam capazes de desenvolver muitos dos trabalhos e projetos sem a presença de técnico que os assessorem.

Esses dados remetem à função da extensão rural, da aproximação do técnico, e a partir deste tópico, apresentam-se os resultados da percepção dos entrevistados quanto a ação extensionista nas orientações aos associados das duas comunidades rurais, relativo a diversas temáticas de uso, manejo sustentável do solo e adoção de práticas conservacionistas.

Perguntados sobre o repasse de orientações sobre o uso sustentável do solo, verificou-se que na comunidade Feijão cerca de 90 % discorda totalmente e que, dentre os moradores da comunidade Cantinho, mais da metade discorda totalmente (81%). Observa-se ainda que 5% não quis opinar sobre o tema abordado. Isto reflete que no geral mais de 85% dos entrevistados das duas comunidades afirmam que não recebem orientação quanto a questão supracitada(RG - 3).

Representação Gráfica 3 - Orientações sobre o uso sustentável do solo (A – Feijão B – Cantinho).



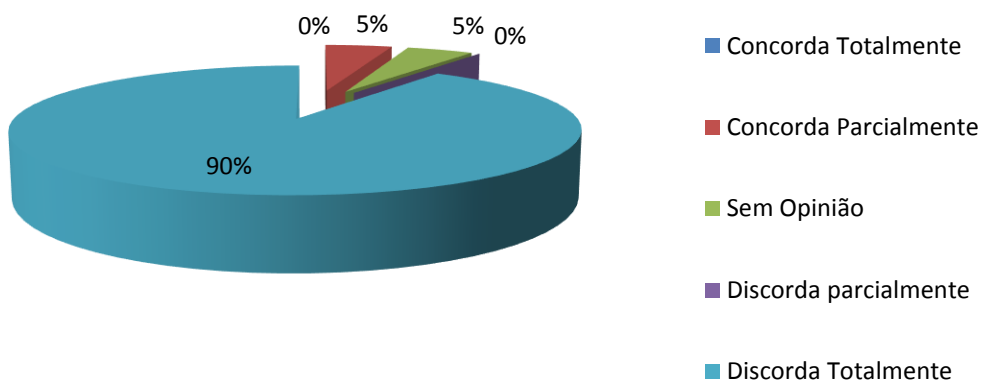
Fonte: Construídos com dados da pesquisa.

A agricultura irrigada que facilita a produção de alimentos fazendo com que estes cheguem na mesa do brasileiro, é a maior responsável pelo consumo de água no país. E o consumo torna-se desperdício em pelo menos metade desse recurso hídrico aplicado na lavoura. No semiárido nordestino, essa conta torna-se ainda mais impactante pela indiscutível escassez de água. Portanto, é necessária que haja economia no consumo de água, adotando práticas de irrigação sustentáveis tais como: a reutilização da água para a irrigação, e utilização de métodos de gotejamento, onde o gasto é bem menor se comparando aos outros tipos.

Sistemas mal projetados acarretam perdas excessivas do recurso como também podem gerar gastos excessivos com manutenção.

Dentre os moradores das comunidades Feijão e Cantinho, a grande maioria, ou seja 90%, discorda totalmente que recebem orientações sobre implantação de sistemas de irrigações sustentáveis (RG - 4).

Representação Gráfica 4 - Orientações sobre a adoção de sistemas de irrigação sustentáveis nas duas comunidades.



Fonte: Construídos com dados da pesquisa.

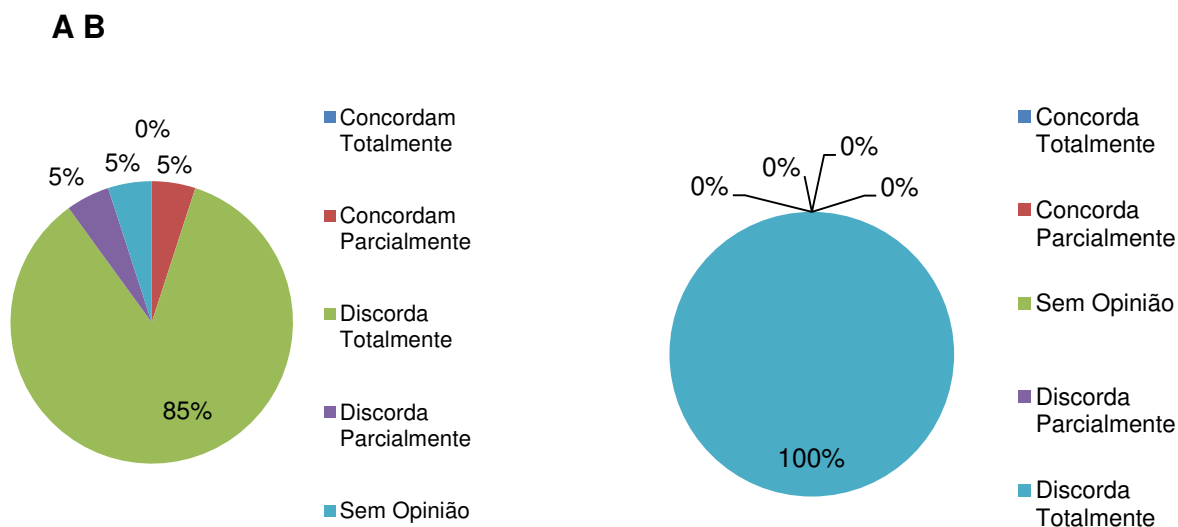
Outra informação importante quando se estudam as comunidades rurais das regiões semiáridas, diz respeito ao uso da prática da compostagem, tecnologia

social de elevado valor social e ambiental. Relevante também compreender se essas comunidades, inseridas no contexto da transição agroecológica, que já é realidade na região do Cariri, recebem informações sobre essa mudança de paradigma. Na figura (RG - 5), verifica-se que 85% da comunidade Feijão discorda totalmente que não recebem orientação sobre a temática, apenas 5% não quis opinar sobre o tema.

Na comunidade Cantinho, no que diz respeito as técnicas de compostagem, verificou-se que 100% dos pesquisados discorda totalmente quanto ao recebimento de orientações, ou seja, não as recebem do órgão responsável.

Em conversas com os agricultores eles relatam que é necessário adoção de praticas de compostagem, pelo fato de melhorar a produção e a fertilidade do solo, informações essas que foram repassadas no dia de campo vivenciados no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido/CDSA, nas ações em comemoração ao Dia do Agricultor, organizadas pelo Programa de Ações Sustentáveis para o Cariri – PASCAR, cujo escopo é o fortalecimento da transição agroecológica e a conservação dos solos.

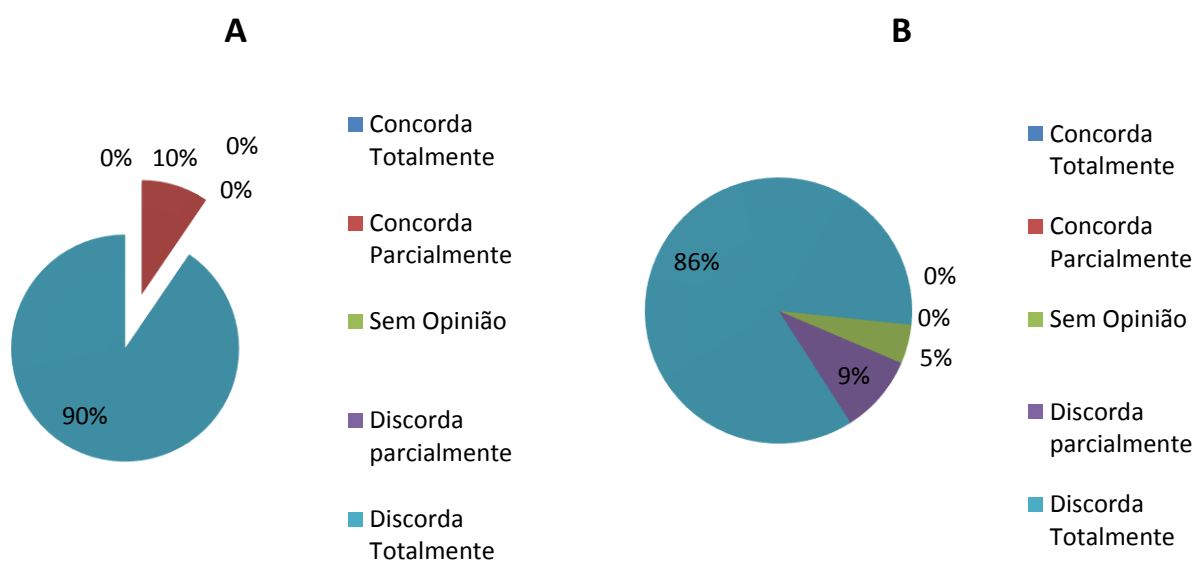
Representação Gráfica 5 - Orientações sobre a prática da compostagem e produção agroecológica (A – Feijão B – Cantinho).



Fonte: Construídos com dados da pesquisa.

É preciso promover o aumento da conservação, a recuperação e o manejo sustentável dos recursos naturais, para que possa buscar a valorização e o reconhecimento das populações locais, visando promover condições para reverter os impactos negativos ao Bioma Caatinga e, por consequência, a qualidade de vida das populações locais. Embora essa seja uma necessidade, quando perguntados se recebiam essas orientações, 90% dos agricultores da comunidade Feijão concorda totalmente que receberam orientações sobre o uso sustentável da Caatinga (uso de cortinas de vento e proteção das nascentes); quanto a comunidade Cantinho, constata-se que 86% concorda totalmente que receberam orientações sobre o tema abordado. (RG – 6)

Representação Gráfica 6 - Orientações sobre o uso sustentável da Caatinga, cortinas de vento e proteção das nascentes (A – Feijão B – Cantinho).

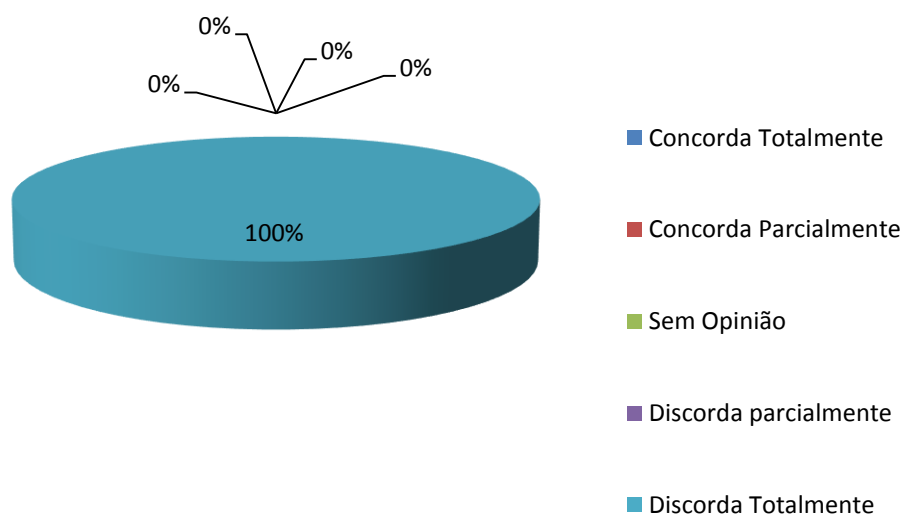


Fonte: Construídos com dados da pesquisa.

Quando questionados a respeito de orientações sobre associativismo, cooperativismo e comercialização de produtos (RG - 7), verificou-se que 100% dos agricultores das duas comunidades discorda totalmente do recebimento de tais

orientações. Ora, ser orientado nesta vertente proporcionaria aos agricultores a possibilidade de constituírem uma melhor organização nas associações, tendo um controle coletivo e organizado para produção e comercializações dos produtos no comércio local, adotando sempre como base os princípios e valores da solidariedade, ajuda mútua, honestidade, democracia e participação, e isto é fundamental no contexto em questão.

Representação Gráfica7 - Orientações sobre associativismo, cooperativismo e comercialização de produtos no Feijão e Cantinho.

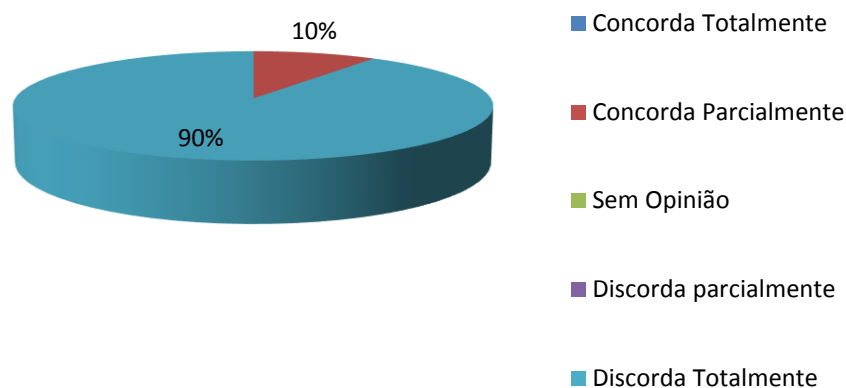


Fonte: Construídos com dados da pesquisa.

Ressalta-se que os entrevistados comentaram sobre a importância de realização da análise do solo das propriedades rurais, pois irá identificar se o solo apresenta alguma deficiência nutricional. Caso haja, há possibilidade de fazer uma correção utilizando a incorporação de adubos orgânicos e adubação verde, onde irá contribuir para a melhoradas condições do solo a receber o cultivo. É importante lembrar que os adubos devem ser introduzidos sempre antes do plantio.

Verifica-se na (RG – 8) que 90% dos agricultores entrevistados das comunidades Feijão e Cantinho, discorda totalmente do recebimento de orientações sobre a salinidade do solo e realização de análise e apenas 10% concordaram parcialmente sobre o assunto.

Representação Gráfica 8 - Orientações sobre salinização do solo e a importância da realização de análises no Feijão e Cantinho.

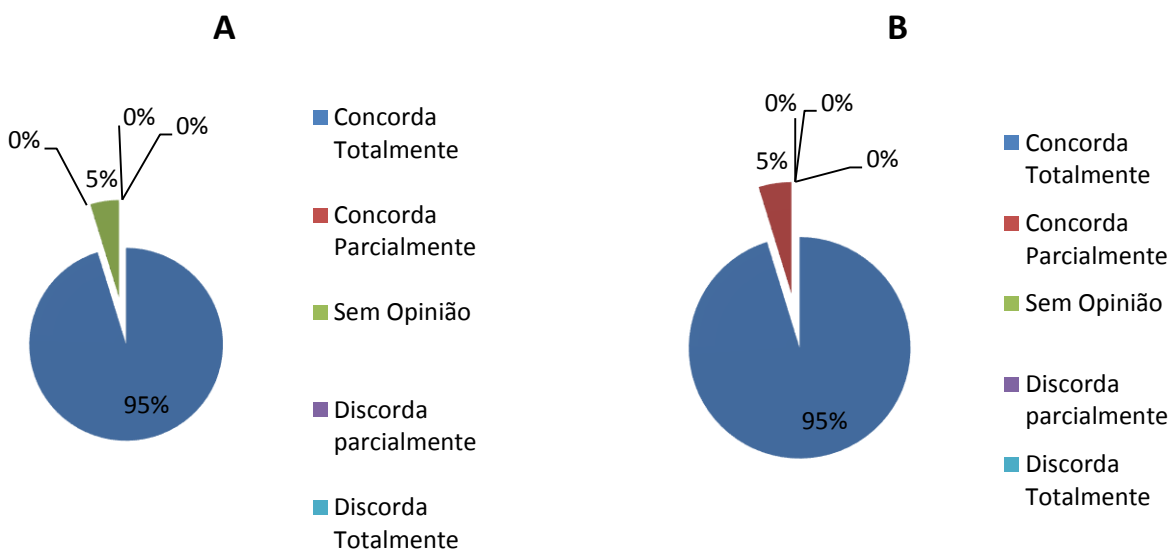


Fonte: Construídos com dados da pesquisa.

c) Filosofia do trabalho da ATER:

Considerando a relevância da assistência técnica no meio rural, para garantir melhoria da qualidade de vida dos produtores, como também o desenvolvimento local, perguntamos sobre a necessidade da assistência técnica (RG - 9), na comunidade Feijão cerca de 95% concorda totalmente que é preciso expandir os serviços da ATER para auxiliar e atender as necessidades dos agricultores rurais; apenas 5% não se posicionaram ao assunto. Já na comunidade Cantinho, 95% concorda totalmente sobre a importância do serviço para comunidade e apenas 5% concordaram parcialmente.

Representação Gráfica 9 - Necessidade da assistência técnica nas comunidades rurais, segundo os agricultores do Feijão (A) e Cantinho (B).

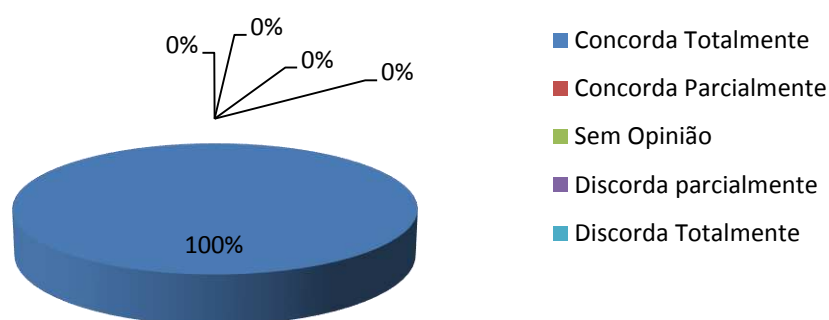


Fonte: Construídos com dados da pesquisa.

Nos questionários aplicados, verificou-se que todos os agricultores (100%), concorda totalmente (RG- 10), que o serviço da assistência técnica e extensão rural é de suma importância para o desenvolvimento das comunidades rurais, contudo vale ressaltar que os agricultores, normalmente encontram-se desassistidos pela ATER.

É sabido que o serviço da ATER constitui um importante instrumento de apoio para o desenvolvimento rural. Segundo Scalabrin et al. (2009), o técnico extensionista precisa ir além de simplesmente levar informações úteis ao produtor rural. É preciso que a informação seja passada, levando em consideração a realidade enfrentada pelo produtor rural, respeitando suas experiências adquiridas ao longo da vida, sua cultura e também o ambiente social no qual esta inserido.

Representação Gráfica 10 - Utilidade da assistência técnica para o agricultor, segundo os agricultores do Feijão e Cantinho.

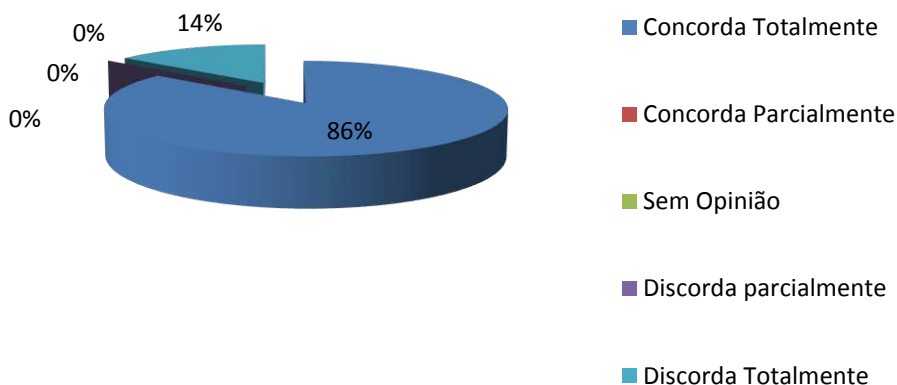


Fonte: Construídos com dados da pesquisa.

Os dados da (RG – 11) mostram que 86% dos produtores rurais, concorda totalmente que é importante a fiscalização, e 14% discorda totalmente. As principais críticas feitas estão relacionadas com tarefas de burocratização; equipe de tamanho reduzido e não estável; atitude compreensiva comprometida dos técnicos para com os associados.

É preciso aumentar a eficácia da comunicação, dedicação e a capacitação dos agricultores, acesso aos financiamentos bancários para obtenção de melhorias para os produtores rurais, igualdade no tratamento e conhecimento da realidade das comunidades, pois está estabelecido na Lei 12.897/13 que as políticas de assistência técnica e extensão rural, devem contribuir especialmente para a elevação da produção, da produtividade e da qualidade dos produtos e serviços rurais, para a melhoria das condições de renda, da qualidade de vida e para a promoção social e de desenvolvimento sustentável no meio rural.

Representação Gráfica 11 - Importância da fiscalização de irregularidades, segundo os agricultores do Feijão e Cantinho.

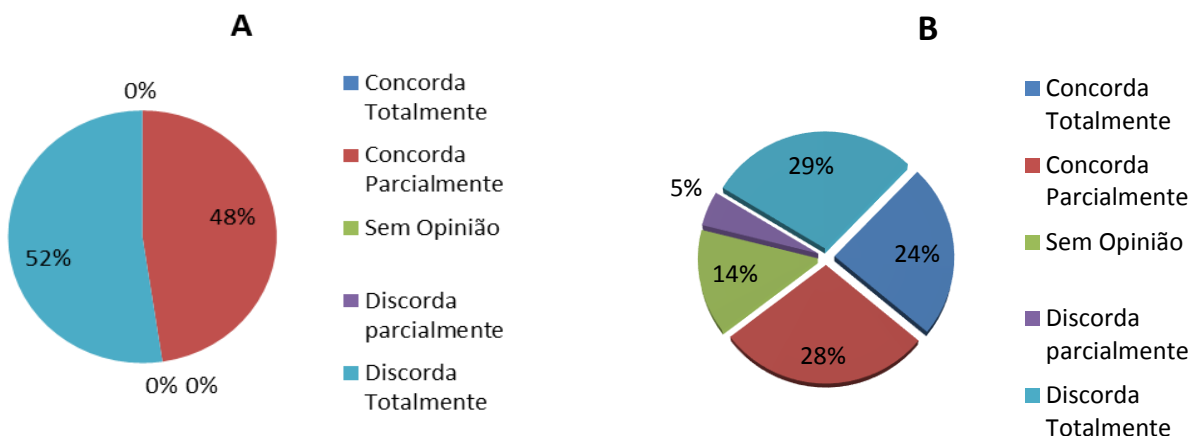


Fonte: Construídos com dados da pesquisa.

A importância das visitas dos extensionistas nas comunidades rurais é, de, sobretudo estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento sustentável junto aos agricultores, buscando levar alternativas para os problemas presentes, fazendo com que os agricultores se envolvam em atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo, e outras, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da Agroecologia.

De acordo com a (RG – 12), cerca de 52% dos entrevistados da comunidade Feijão discorda totalmente da eficácia das visitas recebidas dos técnicos, pois tais visitas não têm ajudado efetivamente quanto a resolução dos problemas enfrentados em seu dia-a-dia, 48% concorda parcialmente. Observa-se ainda que na comunidade Cantinho, 24% concorda totalmente, 29% discorda totalmente, 28% concorda parcialmente, sobre o assunto abordado.

Representação Gráfica 12 - Importância da visita do técnico quanto a resolução de problemas da comunidade, segundo os agricultores do Feijão (A) e Cantinho (B).

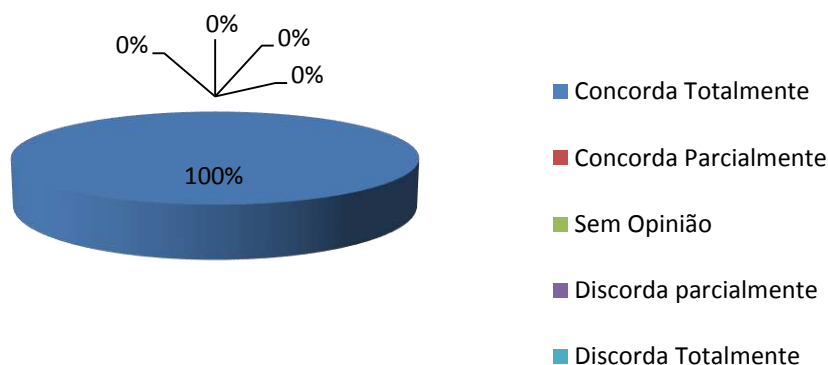


Fonte: Construídos com dados da pesquisa.

d) Organização do trabalho da ATER:

Quando buscamos saber o entendimento dos agricultores sobre a organização do trabalho da assistência técnica (RG - 13), percebemos que 100% das duas comunidades concorda totalmente, que é preciso aumentar o número de extencionistas, o que trará melhorias para as ações da assistência nas comunidades rurais. Essa situação se apresenta nas discussões com os agricultores, nas rodas de conversa mantidas informalmente, quando os mesmos se referiam às dificuldades vivenciadas para a manutenção das atividades agrícolas e da pecuária entre outras atividades, sem o apoio técnico.

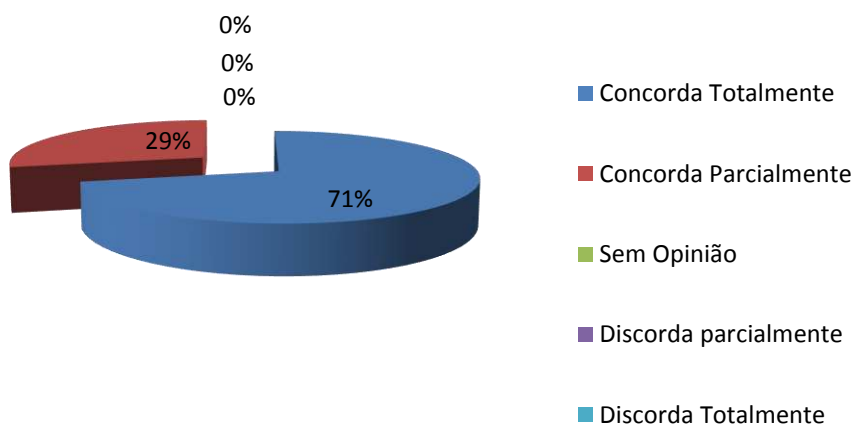
Representação Gráfica- 13. O aumento do número de técnicos melhoraria a qualidade da assistência, segundo os agricultores das duas comunidades.



Fonte: Construído com dados da pesquisa

Consta na (RG – 14) que 71% dos entrevistados concorda totalmente que não conseguem compreender os objetivos proposto pela ATER, e apenas 29% concordaram parcialmente. Sendo assim, nos parece necessário que haja uma elaboração de estratégias mais bem definidas e transparentes, que possa facilitar o entendimento dos objetivos propostos pelos extencionista.

Representação Gráfica14 -Falta de entendimento dos objetivos e propostas dos técnicos, segundo os agricultores do Feijão (A) e Cantinho (B).

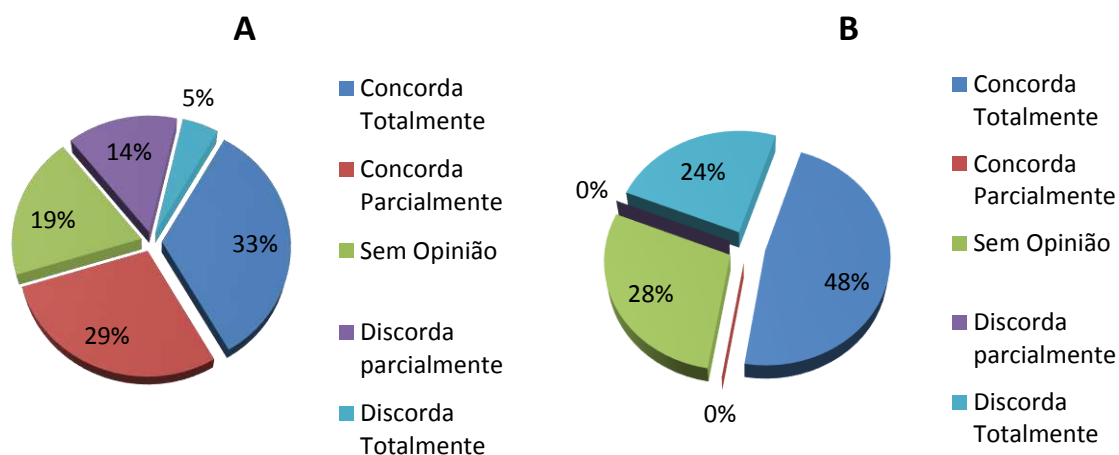


Fonte: Construída com dados da pesquisa.

De acordo com os dados expressos abaixo na (RG – 15), percebe-se que cerca de 33% dos agricultores concordam totalmente que há uma certa lentidão quanto a resolução dos problemas da comunidade Feijão. Observa-se ainda que 29% concorda parcialmente, apenas 5% discorda totalmente, 14% discorda totalmente e 19% não se posicionaram sobre o assunto. Enquanto na comunidade Cantinho, 48% concorda totalmente, apenas 24% discordaram parcialmente e 28% não se posicionaram.

As principais críticas foram dirigidas ademora no encaminhamento dos problemas locais e na busca de melhorias para a comunidade, embora não seja apenas responsabilidades dos técnicos, mas como das esferas governamentais. Quando se trata de um número reduzido de técnicos disponíveis, há demora no atendimento quando solicitada a presença do técnico, há inexistência de grupos de interesse, ao pequeno empenho no acompanhamento técnico das atividades produtivas e na divulgação de tecnologias mais adaptadas à realidade das comunidades rurais.

Representação Gráfica 15 -Lentidão na resolução dos problemas das comunidades, segundo os agricultores do Feijão (A) e Cantinho (B).



Fonte: Construída com dados da pesquisa

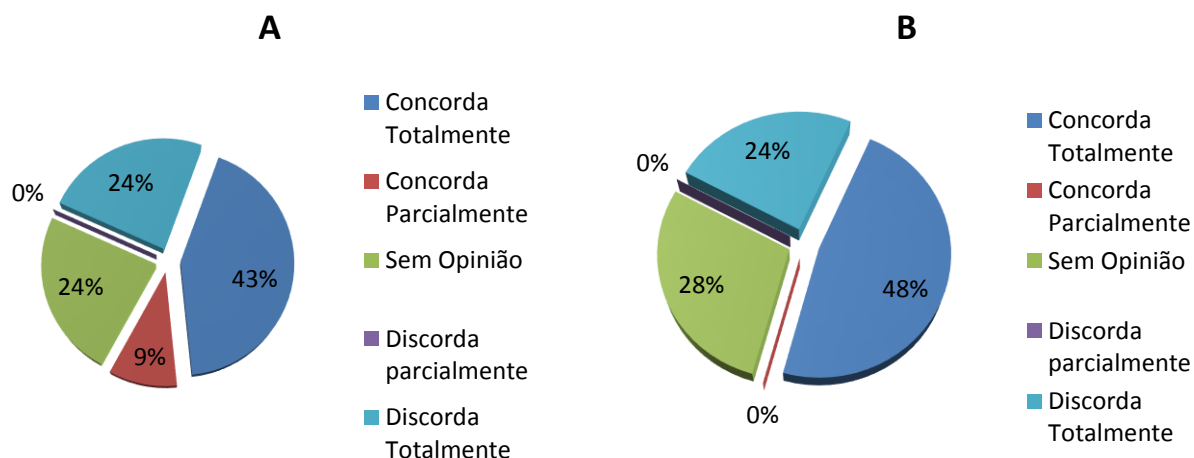
As principais críticas dirigidas estão relacionadas quanto á demora nos encaminhamentos dos problemas das comunidades e na conquista de

melhorias, principalmente quando solicitada a presença do extencionista nas comunidades.

De acordo com a (RG – 16), dos entrevistados da comunidade Feijão 43% concorda totalmente que há uma certa demora quando é feita a solicitação do extencionista da ATER, 9% concorda parcialmente, 24% não se posicionaram e apenas 24% discorda totalmente.

Constata-se que na comunidade Cantinho 48% concorda totalmente que existe demora no serviço prestado por parte do extencionista, 28% não opinaram e apenas 24% dos entrevistados discorda totalmente.

Representação Gráfica 16 - Demora para chegada do técnico nas comunidades, segundo os agricultores do Feijão (A) e Cantinho (B).



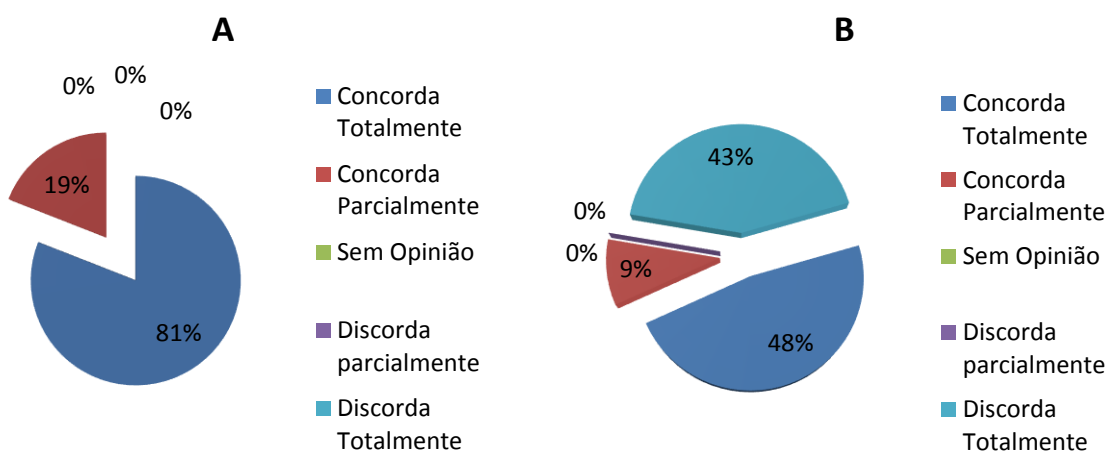
Fonte: Construídos com dados da pesquisa

e) Metodologia do trabalho da ATER:

A (RG - 17) informa que 81% dos entrevistados da comunidade Feijão concorda totalmente que é de suma importância a presença dos técnicos na comunidade onde atua para o desenvolvimento, e 29% concorda parcialmente. Observa-se ainda que na comunidade Cantinho, 48% concorda totalmente, que é

necessário a presença do extensionista na comunidade para levar orientações aos agricultores sobre organizações no desenvolvimentos de sistemas de produção, que sejam sustentáveis e gerem renda e permita às famílias rurais vida digna e com qualidade. Verificas-se ainda que 9% concorda parcialmente, apenas 43% discorda totalmente sobre o presente assunto.

Representação Gráfica 17—Se a presença do técnico nas comunidades a melhoria da assistência, segundo os agricultores do Feijão (A) e Cantinho (B).

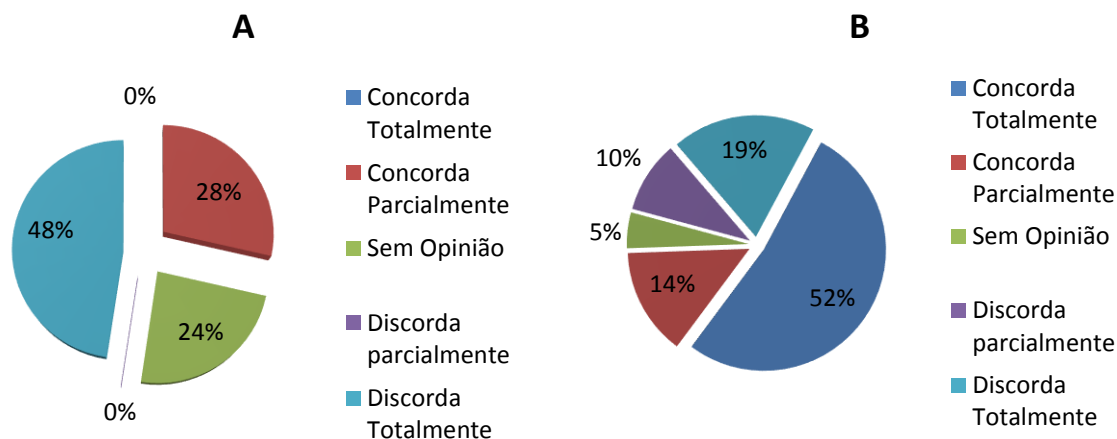


Fonte: Costruída com dados da pesquisa.

Dentre os moradores da comunidade Feijão, os dados apresentados na (RG – 18) demonstram que 48% discorda totalmente quando o assunto é dedicação do técnico da ATER para sanar os problemas presentes na comunidade. Verifica-se que 28% concorda parcialmente, 24% não opinaram acerca do tema abordado.

Observa-se ainda que na comunidade Cantinho 52% concorda totalmente que o técnico se dedica a solucionar os problemas da comunidade, 14% concorda parcialmente, 5% sem opinião, e apenas 10% discorda parcialmente. Segundo os agricultores entrevistados a resolução de problemas vai além da dedicação do técnico, é preciso oferecer aos extensionistas infraestrutura e aumento no quadro de técnicos.

Representação Gráfica 18– Não há dedicação do técnico nas ações das comunidades, segundo os agricultores do Feijão (A) e Cantinho (B).



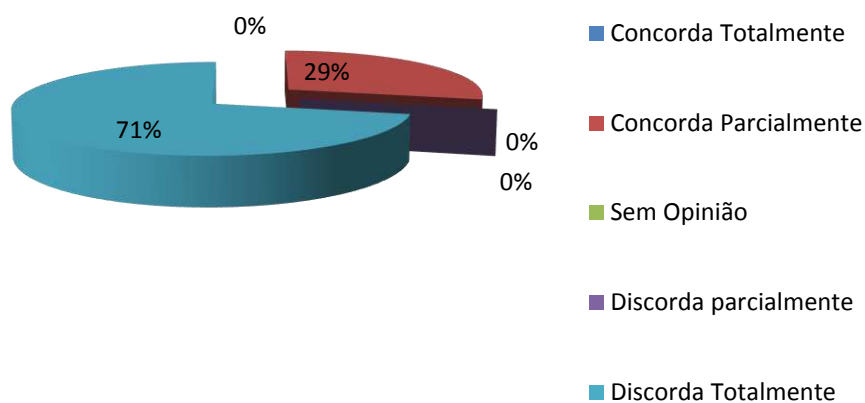
Fonte: Construídos com dados da pesquisa.

f) Qualificação profissional do técnico da ATER:

Observa-se que 71% dos entrevistados (RG - 19) , discorda totalmente que há o conhecimento da realidade nas comunidades rurais por parte dos extencionistas, e 29 % concorda parcialmente demandado a presença mais constante dos técnicos, para que fortaleça a atuação do serviço junto às famílias. Os produtores rurais foram claros ao indetificar as deficiências mais sentidas na atuação da equipe nas comunidades e no que esperavam por parte da ATER. Que houvesse uma comunicação mais eficiente, a busca de conhecimento da realidade do local e o apoio para capacitação e organização das comunidades do Cantinho e Feijão.

Portanto, as principais perspectivas da extensão rural, pelos agricultores está relacionada á busca de melhoria, nessecidade da presença constante em suas propriedades, nessecidade de forte atuação contra irregularidades, desenvolver uma melhor interação entre o extencionista e agricultores, procurando melhorar os trabalhos desenvolvidos pela EMATER, que possa buscar a sustentabilidade e satisfazer as expectativas dos agricultor.

Representação Gráfica 19 -Conhecimento da realidade das comunidades por parte do técnico, segundo os agricultores das duas comunidades.



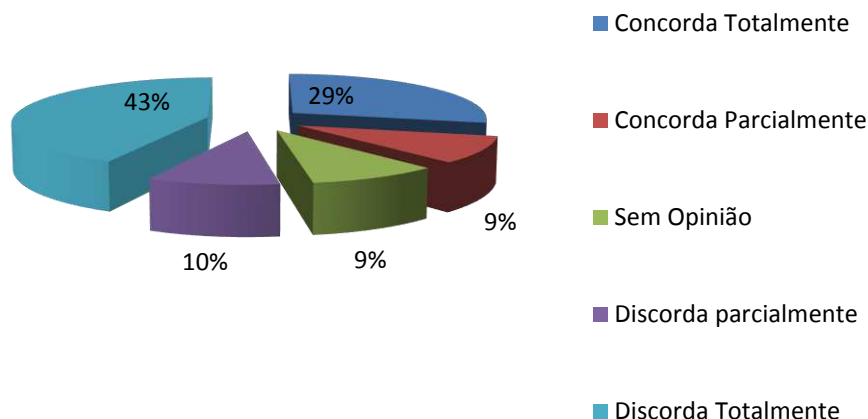
Fonte: Construído com dados da pesquisa.

O trabalho da extensão ruralé dedicação e comprometimento dos extensionista em atender as reivindicações dos produtores rurais.

De acordo com o resultado 43% dos entrevistados discorda totalmente, pois existe comprometimento pelo extencionista da ATER, em resolver os problemas; 29% concorda totalmente que há falta de comprometimento, 9% concorda parcialmente, 9% não opinaram e apenas 10 % dos entrevistados discorda parcialmente. Segundo os agricultores, os técnicos buscam viabilizar a resolução dos problemas, mas, para isso é preciso que o poder público possa investir mais tanto em infraestrutura quanto no aumento do número deextensionistas (RG - 20).

Com esse cenário exposto dificulta ainda mais a sobrevivência dos agricultores, podendo ocorrer o aumento do êxodo rural.

Representação Gráfica 20 - Comprometimento por parte do técnico com as comunidades, segundo os agricultores do Feijão (A) e Cantinho (B).

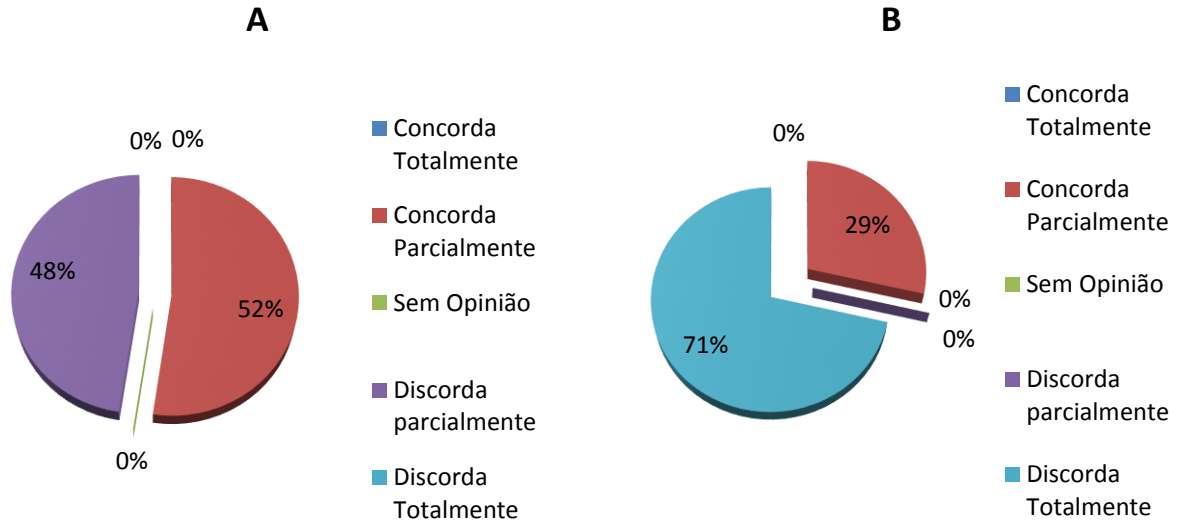


Fonte: Construído com dados da pesquisa.

De acordo com os dados da (RG – 21), observa-se que 52% dos entrevistados da comunidade Feijão, concorda parcialmente que ainda há um certa credibilidade para com o serviço da ATER, 48% discorda parcialmente. Observa-se ainda, que na comunidade Cantinho 71% discorda totalmente, e apenas 29% concorda parcialmente.

Os dados demonstram a falta de investimento dos órgãos públicos para que o serviço da extensão rural chegue até o produtor, não basta apenas criar políticas públicas, mas é preciso investir no aumento do número de técnicos e garantir infraestruturas necessárias, para que o atendimento seja oferecido com qualidade, principalmente para os pequenos produtores que não têm condições financeiras de contratar empresas particulares para prestação de assistência técnica, uma vez que a EMATER não dispõe de técnicos suficientes para prestar este serviço.

Representação Gráfica21 - Credibilidade na extensão rural, segundo os agricultores do Feijão (A) e Cantinho (B).



Fonte: Construída com dados da pesquisa.

5 CONCLUSÕES

A partir dos resultados apresentados, é possível concluir que os agricultores das duas comunidades reconhecem a importância da ação extensionista, mas percebem a carência de maior participação dos técnicos nas orientações sobre temas como uso e manejo sustentável do solos, associativismo, produção sustentável de alimentos, comercialização, dentre outros.

Importante considerar a participação dos jovens ainda é pouco expressiva, o que remete a necessidade de que o poder público deve melhorar e reanalisar as políticas e incentivos a agricultura familiar, para que assim o jovem desperte interesse em permanecer no campo e que possa ser valorizado pelo seu trabalho rural.

Ainda existe credibilidade por parte dos agricultores com relação a ação dos técnicos e ao seu comprometimento, sendo notória a percepção sobre a falta de apoio no que se refere a execução de outras atividades, além da implantação e execução de projetos. Mas, ainda é preciso investir no aumento do quadro de técnicos e disponibilizar infraestruturas necessárias, para oferecer aos agricultores um serviço de qualidade.

Dada a importância da informação para melhoria da prática em qualquer área, não vemos como diferente com relação a temáticas que permeiam a agricultura familiar. Sendo assim, fica claro após este estudo que a relevância do trabalho informativo que oriente a prática de agricultores deve ser considerado, pois o processo educativo desenvolvido por técnicos ligados a área agrícola pode mudar radicalmente para melhor os resultados do cultivo efetuado por famílias que perseveraram em continuar na zona rural, não de forma acomodada, mas diligente.

De acordo com o que nos foi desvelado no processo de pesquisa e construção do presente trabalho, é preciso considerarmos as necessidades que os agricultores familiares têm enfrentado, e assim atentarmos para o fato de haver uma necessidade e pretensão do recebimento de assistência técnica em suas comunidades ou em sua propriedade.

Neste contexto vemos que é preciso que os acadêmicos formados na área das ciências agrárias compreendam a importância da assistência técnica e extensão rural, e mais que isso, que estejam prontos a atuar de forma a impactar as práticas de agricultores. Assim, é possível vislumbrarmos uma importância em haver uma reformulação curricular de alguns cursos de graduação na área, de forma a garantir a formação do profissional de ATER, para atender às novas exigências/necessidades dos agricultores familiares, superando suas expectativas para o desenvolvimento rural sustentável, baseando-se nas diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

A extensão rural é, portanto, um importante aliado para estabelecer uma comunicação entre o agricultor e o governo por meio do técnico extensionista que apresentará os principais problemas relacionados à agricultura familiar às entidades governamentais e estas, por sua vez, deverão desenvolver políticas públicas voltadas para assistência técnica rural, além de projetos, infra-estrutura e inserção do pequeno produtor às inovações tecnológicas rurais.

Pelo que percebemos ao longo da nossa caminhada, vemos como imprescindível a formação adequada que nos traga conhecimento para atuarmos junto a agricultores, mas além disso é necessário sensibilidade, vontade política e integridade de caráter dos que podem fazer algo para melhorar a vida dos atores da agricultura familiar, pois o que acontece às comunidades Cantinho e Feijão provavelmente se repete em inúmeras outras.

Entendemos, igualmente, que esta discussão é um processo de aprendizagem, que no dia-a-dia vai sendo recriado e reconstruído entre extensionistas e agricultores, no sentido de compreender as relações entre os diversos componentes dos agroecossistemas, especialmente as relações sociais entre as pessoas do local e, destas, com os agentes externos, e de ambos com o ambiente, buscando uma melhor compreensão para um manejo dos agroecossistemas que aponte para a sustentabilidade.

Contudo, este trabalho não esgota as discussões em torno do entendimento que os agricultores familiares têm sobre a atuação da extensão rural, mas apresenta um esforço teórico e metodológico a partir da percepção desses sujeitos

sociais sobre alternativas ao desenvolvimento de comunidades rurais, levando em consideração a realidade socioeconômica de cada local. Portanto, concluímos que este trabalho pode servir de reflexão e instrumento de diretriz para futuros estudos que intencionamos desenvolver.

REFERÊNCIAS

BANCO DO BRASIL. **Agricultura familiar**. Portal do Banco do Brasil. Seção de Agronegócio. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/portalbb/page100,8623,10816,0,0,1,1.bb?codigoNoticia=19538&codigoMenu=11724>>. Acesso em: 30 abril. 2014.

BORDENAVE, J.E.D. **O que é Comunicação Rural?**. São Paulo: Brasiliense: 1983.

BORBOSA.R.S.;NEVES.A.M; ALVES.T.L.B. A produção agrícola no município de Areia-PB.XVI Encontro Nacional dos Geógrafos.**Anais**.Porto Alegre,2010.

BORGES, S. S.; PERES, P. A.; OLIVEIRA, C. M. de. **A Importância do Reconhecimento dos Saberes do Agricultor Familiar para o Desenvolvimento Rural da Amazônia**. Porto Alegre, 2009.Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/1284.pdf>> Acesso em 28 novembro de 2014.

BRASIL. **Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010**. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm> Acesso em: 24 ago. 2013.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Convivência com o Semiárido Diante das Preocupações, as Ações. Relatório de 2012**. Disponível em:<http://www.insa.gov.br/wp-content/themes/insa_theme/acervo/relatorioatividades.pdf>. Acesso em 15 de Novembro de 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – CONDRAF - **Plenária A agricultura familiar e desenvolvimento sustentável do Brasil rural**, 2006.

CALLOU. A. B. F.;PIRES. M. L. L. S.;LEITÃO. M. R. F.;SANTOS. M. S. T.; O **ESTADO DA ARTE DO ENSINO DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL**. Relatório de Pesquisa. Itamaracá, 2008.

CAPORAL, F. R. **Agroecologia: enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável (texto provisório para debate)**. Porto Alegre, EMATER-RS/ASCAR, 2002, Série Programa de Formação Técnica Social da EMATER-RS. Sustentabilidade e Cidadania, Textos, v. 5, p. 21.

CAPORAL, Francisco Roberto, COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e Extensão Rural, **Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, p. 177, 2004

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.3, n.2, p.13-16, abr./jun. 2002.

CLEMENTE, A.; SOUZA, A; TAFFAREL, M. Perfil das propriedades rurais familiares e controle de custos na Região Centro-Sul do Paraná Clemente. **Revista Custos e @gronegocioonline**. v. 6, n. 3 - Set/Dez - 2010.

CIDADE BRASIL. Município de Serra Branca. 09 de novembro de 2012. <www.cidade-brasil.com.br/municipio-serra-branca.html > Acesso em 29 de fevereiro de 2015.

DANTAS, Edgledosn Sousa Rodrigues. **O Sitio Feijão em Texto e Fotografias**. Serra Branca-PB.2009.92p.

DUARTE, J. R. **A Comunicação Rural e suas formas de manifestação**. Monografia URCAMP, Bagé, 2003.

FAGGIONATO, S. **Percepção Ambiental**. 2002. Disponível em: http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/m_a_txt4.html> Acesso em: 19/ 12/ 13.

FONSECA; E. P.; SILVA, M. N. S da. **Análise do Desenvolvimento Socioeconômico na Comunidade Rural de Vertente** – Norte de Minas Gerais. In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo, 2009, pp. 1-14.

FRANCIS, D. G. e BERNARDO, L. T. **Agricultura familiar e sustentabilidade**. In: SHIKI, S. et al. **Sustentabilidade Do Sistema Agroalimentar Nos Cerrados: entorno de Iraí de Minas Uberlândia**: EDUFU, 2000.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 30 ed. 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

FREITAS, E. S.; MACHADO, G. Q. E.; JOÃO, J. A.; GAMA, J. B.; JUNG, W. W. **Assistência técnica e extensão rural: a percepção do produtor rural do município de Juína**.; II JORNADA CIÊNTEFICA DO IFMT. Novembro de 2013

FRIEDRICH, O .A .**Comunicação Rural: Proposição Crítica de uma nova concepção**. Brasília, Embrater: 1988.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GODOY, C. M. T. et al. Juventude rural, envelhecimento e o papel da aposentadoria no meio rural: A realidade do município de Santa Rosa/RS. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 48. **Anais**. Campo Grande, 2009.

GOUVEIA, T. **Muito trabalho e nenhum poder marcam as vidas das agricultoras familiares**. In: Reflexões feministas para transformação social. Caderno de Crítica Feminista, ano 1, nº0, dezembro de 2007.

HECHT, S. B. **A evolução do pensamento agroecológico**. In: **ALTIERI, M. A. (ed.). Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989. p.25-41.

IBGE. **Estimativas Projeções Populações.** Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_Projecoes_Populacao/Estimativas_2012/estimativa_2012_municipios.pdf> Acesso em : 18 de setembro de 2014.

INCRA. **Extensão rural e especialização em agroecologia são criadas para atender assentamentos do Cariri paraibano.**2013.Disponível em :<www.incra.gov.br/extensao-rural-e-especializacao-em-agroecologia-sao-criadas-para-atender-assentamentos-do-cariri-paraibano>. Acesso em 05 de março de 2015.

MARCZWSKI , M. **Avaliação da percepção ambiental em uma população de estudantes do Ensino Fundamental de uma escola municipal rural:** um estudo de caso. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Ecologia: UFRGS. 2006.

MATTOSINHO, C. M. S.;FREIRE, P.P.;CARVALHO, M. C. V.O **Empreendedorismo no âmbito das associações rurais.** Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Campo Grande, 25 a 28 de julho de 2010.

MENTZER, J.T., DEWITT, W.; KEEBLER, J.S.; MIN, S. Defining supply chain management.Journal of Business Logistics, v.22, n.2, p.1-25, 2001.

NASCIMENTO, S. S. do; ALVES, J.J.A. Ecoclimatologia do Cariri Paraibano. **Rev. Geogr. Acadêmica.** v. 2, n. 3, pp. 28-41. 2008.

NETTO, Pedro Correa Lima. **Extensão rural e agricultura familiar. Revista de Política Agrícola.** Ministério da Agricultura e do Abastecimento- Ano VII, n. 03. 2001.

OLIVEIRA, Maria do Carmo Soares; REYS, Dayse Reys; LIMA, Irenilda de Souza. Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos 23 a 26 de agosto de 2010. **A ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: DA FUNDAÇÃO “MODERNIZADORA” À ABORDAGEM DE GÊNERO NO SERTÃO DA PARAÍBA.**

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. No Brasil, agricultura familiar representa 77% dos empregos no setor agrícola. . Disponível em: <<http://www.onu.org.br/no-brasil-agricultura-familiar-representa-77-dos-empregos-no-setor-agricola/>>. Acesso em: 30 abril. 2014.

PIRES, M. L. L. e S.A (re)significação da extensão rural. O cooperativismo em debate. In: LIMA, Jorge R. T. (Org.). **Extensão rural e desenvolvimento sustentável**. Recife: Bagaço, 2003, 45-70.

PORTA BRASIL. Agricultores do CE e do MS receberão assistência técnica. Seção Agricultura família. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/11/agricultores-do-ce-e-do-ms-receberao-assistencia-tecnica>> Acesso em 28 de novembro de 2014.

PORTUGAL, A. D. O Desafio da Agricultura Familiar. **Revista Agroanalysis**, março, 2004. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/imprensa/artigos/2002/artigo.2004-12-07.2590963189/>> Acesso em 28 de novembro de 2014.

RAMOS, Ladjane de Fátima. Da contradição do sujeito na extensão rural. In: TAVARES, Jorge; RAMOS, Ladjane (Org.). **Assistência Técnica e Extensão Rural: construindo o conhecimento agroecológico**. Manaus, 2006.

REBOUÇAS, M. A.; LIMA, V. L. A. Caracterização socioeconômica dos agricultores familiares produtores e não produtores de mamão irrigado na agrovila Canudos, Ceará Mirim (RN). **HOLOS**, Ano 29, v. 2, 2013.

REZENDE, Bruno de Goçaves. **NOVO PERFIL DO PROFISSIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL**. Monografia. UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURIFACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DEPARTAMENTO DE AGRONOMIA, Diamantina, 2012.

RIBEIRO, J. P. **A saga da Extensão Rural em Minas Gerais**. São Paulo: Annablume, 2000. 270 p.

ROCHA, J.S.M. da. **Manual de projetos ambientais**. Santa Maria: UFSM, 1997. 423p.

SANTOS, M. O. **Extensão Rural e Educação Ambiental**: um estudo de caso no Município de Paraíso do Sul-RS. UFRRJ, 2008.

SALCEDO, Ignacio Hernán. **Convivência com Semiárido, Diante das Preocupações, Ações**. Relatório do INSA 2012.

SCALABRIN, A. C et al. **A Importância do Reconhecimento dos Saberes do Agricultor Familiar para o Desenvolvimento Rural da Amazônia**. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/1284.pdf>> Acesso em: 24 ago. 2013.

SCHRÖEDER, C.S. **Critérios E Indicadores De Desempenho Para Sistemas De Treinamento Corporativo Virtual: Um Modelo Para Medir Resultados**. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Porto Alegre 2005.

SILVA, A. G. da; CAVALCANTE, A. C. P.; SILVA, M. J. R. da. Caracterização ambiental e agrícola da unidade produtiva dos agricultores familiares da comunidade Moura. **Revista Monografias Ambientais – REMOA**, v. 14, n. 2, p. 3231 – 3235, 2014.

SOLOS, Embrapa. **Sistema brasileiro de classificação de solos**. Centro Nacional de Pesquisa de Solos: Rio de Janeiro, 2013.

SOUSA, T. T. C. et al. **Programa Matutando Agroecologia nas Ondas do Rádio: sustentabilidade ambiental e valorização do povo do campo**. VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia – Porto Alegre/RS. 2013.

SOUZA, B. I de. **CaririParaibano: do silêncio do lugar à desertificação**. Doutorado em Geografia. Porto Alegre: UFRGS/PPGEO. 2008.

TONET, Ricardo Moncorvo. Algumas sugestões sobre o novo papel da extensão rural frente ao desenvolvimento local sustentável. **Revista Informações Econômicas**, v. 38, n. 10, p. 28-33.

VIEBRANTZ, K. P. M.A Extensão Rural: Ambiente, Agricultura e Associativismo. **Revista Científica Grifos**, dez. 2008.

VIONE. G. F. **Metodologias participativas na construção de planos de desenvolvimento local**. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, agricultura e sociedade: Rio de Janeiro, UFRJ, Novembro de 2002.

**APÊNDICES A - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO
SERVIÇO DE EXTENSÃO RURAL**



**A EXTENSÃO RURAL NA PERSPECTIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DO
MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA - PB**

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO SERVIÇO DE EXTENSÃO RURAL

a) INFORMAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS

1. COMUNIDADE:	
2. NOME:	3. IDADE:
4. ESCOLARIDADE:	5. ESTADO CIVIL:
6. Nº PESSOAS NA CASA	
7. RENDA FAMILIAR:	8. OUTRA RENDA:
9. TAMANHO DO SÍTIO:	10. SITUAÇÃO:

Escala de atitudes para com a extensão rural na visão do agricultor/agricultora

- CT – concorda totalmente
- CP – concorda parcialmente
- SO – sem opinião
- DP – discorda parcialmente
- DT – discorda totalmente

b) INFORMAÇÕES PRODUTIVAS

- 1- Recebo orientação sobre uso sustentável do solo. CT / CP / SO / DP / DT
- 2- Recebo orientação sobre sistemas de irrigação mais sustentáveis. CT / CP / SO / DP / DT
- 3- Recebo orientação sobre compostagem. CT / CP / SO / DP / DT
- 4- Recebo orientação sobre uso de cortinas de vento. CT / CP / SO / DP / DT
- 5- Recebo orientação sobre uso sustentável da Caatinga. CT / CP / SO / DP / DT
- 6- Recebo orientação sobre rotação de culturas. CT / CP / SO / DP / DT

- 7- Recebo orientação sobre proteção das nascentes. CT / CP / SO / DP / DT
- 8- Recebo orientação sobre uso de curvas de nível na agricultura. CT / CP / SO / DP / DT
- 9- Recebo orientação sobre inseminação artificial. CT / CP / SO / DP / DT
- 10- Recebo orientação sobre métodos de ordenha. CT / CP / SO / DP / DT
- 11- Recebo orientação sobre agroecologia. CT / CP / SO / DP / DT
- 12- Recebo orientação sobre a importância da análise do solo. CT / CP / SO / DP / DT
- 13- Recebo orientação sobre salinização dos solos. CT / CP / SO / DP / DT
- 14- Recebo orientação sobre erosão e desertificação. CT / CP / SO / DP / DT
- 15- Recebo orientação sobre montagem de projetos. CT / CP / SO / DP / DT
- 16- Recebo orientação sobre comercialização de produtos. CT / CP / SO / DP / DT
- 17- Recebo orientação sobre associativismo e cooperativismo. CT / CP / SO / DP / DT
- 18- Recebo orientação sobre doenças de plantas. CT / CP / SO / DP / DT
- 19- Recebo orientação sobre artesanato. CT / CP / SO / DP / DT
- 20- Recebo orientação sobre produção de mudas. CT / CP / SO / DP / DT

FILOSOFIA DE TRABALHO

- 21- É necessário dedicação ao trabalho de assistência técnica nas comunidades rurais. CT / CP / SO / DP / DT
- 22- A assistência técnica tem pouca utilidade para o agricultor. CT / CP / SO / DP / DT
- 23- A fiscalização de irregularidades prejudica o relacionamento técnico-agricultor. CT / CP / SO / DP / DT
- 24- A fiscalização de irregularidades ajuda na organização do associação. CT / CP / SO / DP / DT
- 25- As visitas dos técnicos pouco ajudam a resolver problemas na comunidade. CT / CP / SO / DP / DT

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

- 26- O número de técnicos é pequeno. CT / CP / SO / DP / DT
- 27- O aumento do número de técnicos melhoraria a qualidade da assistência. CT / CP / SO / DP / DT
- 28- As trocas de técnicos são frequentes e prejudicam as relações com os agricultores. CT / CP / SO / DP / DT
- 29- É melhor que os técnicos trabalhem mais tempo na mesma associação. CT / CP / SO / DP / DT
- 30- Os objetivos do trabalho dos técnicos são pouco claros para mim. CT / CP / SO / DP / DT
- 31- Não há nenhum esforço em esclarecer os objetivos do trabalho dos técnicos. CT / CP / SO / DP / DT

- 32- A resolução dos problemas dos agricultores é lenta. CT / CP / SO / DP / DT
- 33- É difícil encontrar os técnicos no escritório. CT / CP / SO / DP / DT
- 34- Demoro a ser atendido quando preciso de assistência em meu lote. CT / CP / SO / DP / DT

METODOLOGIA DE TRABALHO

- 35- O técnico vem poucas vezes ao meu sítio. CT / CP / SO / DP / DT
- 36- A presença frequente do técnico no sítio melhora a qualidade da assistência. CT / CP / SO / DP / DT
- 37- O técnico dedica-se pouco a dar assistência às lavouras e criações. CT / CP / SO / DP / DT
- 38- O técnico se dedica a trabalhar com grupos de interesse. CT / CP / SO / DP / DT
- 39- O técnico se dedica a trazer cursos para a associação. CT / CP / SO / DP / DT
- 40- Os cursos dados são pouco práticos. CT / CP / SO / DP / DT
- 41- O técnico se empenha em fazer projetos de financiamento. CT / CP / SO / DP / DT
- 42- O técnico se empenha pouco em acompanhar os projetos financiados. CT / CP / SO / DP / DT
- 43- Os projetos financiados têm permitido melhorar a renda dos agricultores. CT / CP / SO / DP / DT
- 44- O técnico se empenha em trazer melhorias para a comunidade. CT / CP / SO / DP / DT

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO TÉCNICO

- 45- Os conhecimentos teóricos do técnico são pequenos. CT / CP / SO / DP / DT
- 46- O técnico procura melhorar seus conhecimentos teóricos. CT / CP / SO / DP / DT
- 47- O técnico procura unir a teoria e a prática em seu trabalho de assistência. CT / CP / SO / DP / DT
- 48- O técnico tem trazido poucas soluções práticas para as lavouras e criações. CT / CP / SO / DP / DT

CARACTERÍSTICAS PESSOAIS DO TÉCNICO

- 49- O técnico desconhece a realidade da comunidade. CT / CP / SO / DP / DT
- 50- O técnico demonstra interesse em conhecer a realidade da comunidade. CT / CP / SO / DP / DT
- 51- O técnico não se compromete com a solução das dificuldades dos agricultores. CT / CP / SO / DP / DT
- 52- O técnico sempre busca alternativas para melhorar a realidade dos agricultores. CT / CP / SO / DP / DT
- 53- Não acredito mais na extensão rural. CT / CP / SO / DP / DT



Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 12.188, DE 11 DE JANEIRO DE 2010.

Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E REFORMA AGRÁRIA - PNATER

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER, cuja formulação e supervisão são de competência do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.

Parágrafo único. Na destinação dos recursos financeiros da Pnater, será priorizado o apoio às entidades e aos órgãos públicos e oficiais de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER.

Art. 2º Para os fins desta Lei, entende-se por:

I - Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER: serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais;

II - Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP: documento que identifica os beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF; e

III - Relação de Beneficiários - RB: relação de beneficiários do Programa de Reforma Agrária, conforme definido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

Parágrafo único. Nas referências aos Estados, entende-se considerado o Distrito Federal.

Art. 3º São princípios da Pnater:

I - desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;

II - gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural;

III - adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;

IV - adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;

V - equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; e

VI - contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional.

Art. 4º São objetivos da Pnater:

I - promover o desenvolvimento rural sustentável;

II - apoiar iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações regionais e locais;

III - aumentar a produção, a qualidade e a produtividade das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive agroextrativistas, florestais e artesanais;

IV - promover a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários;

V - assessorar as diversas fases das atividades econômicas, a gestão de negócios, sua organização, a produção, inserção no mercado e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas;

VI - desenvolver ações voltadas ao uso, manejo, proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais, dos agroecossistemas e da biodiversidade;

VII - construir sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional;

VIII - aumentar a renda do público beneficiário e agregar valor a sua produção;

IX - apoiar o associativismo e o cooperativismo, bem como a formação de agentes de assistência técnica e extensão rural;

X - promover o desenvolvimento e a apropriação de inovações tecnológicas e organizativas adequadas ao público beneficiário e a integração deste ao mercado produtivo nacional;

XI - promover a integração da Ater com a pesquisa, aproximando a produção agrícola e o meio rural do conhecimento científico; e

XII - contribuir para a expansão do aprendizado e da qualificação profissional e diversificada, apropriada e contextualizada à realidade do meio rural brasileiro.

Art. 5º São beneficiários da Pnater:

I - os assentados da reforma agrária, os povos indígenas, os remanescentes de quilombos e os demais povos e comunidades tradicionais; e

II - nos termos da Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006, os agricultores familiares ou empreendimentos familiares rurais, os silvicultores, agricultores, extrativistas e pescadores, bem

como os beneficiários de programas de colonização e irrigação enquadrados nos limites daquela Lei.

Parágrafo único. Para comprovação da qualidade de beneficiário da Pnater, exigir-se-á ser detentor da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP ou constar na Relação de Beneficiário - RB, homologada no Sistema de Informação do Programa de Reforma Agrária - SIPRA.

Brasília, 11 de janeiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Nelson Machado

João Bernardo de Azevedo Bringel

Guilherme Cassel

Este texto não substitui o publicado no DOU de 12.1.2010